



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>
(79) 3209-8694_selic@tre-se.jus.br

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO 14/2023 – ELETRÔNICO

PROCESSO 0012339-42.2023.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que a(o) licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a(o) licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE-SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica à(ao)s interessada(o)s que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, dirigida por sua(eu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designada(o)s pela Portaria TRE-SE 549/2021, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 10.024/2019, pela Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015, pela Lei 13.709/2018, pela Lei 14.434/2022, pela Lei 7.498/1986, pelo Decreto nº 9.507/2018, pelo Decreto-Lei 2.848/1940, pela Resolução TRE-SE 120/2015, pela Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE ENFERMAGEM**.

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 167686; Grupo de Natureza de Despesa - Outras Despesas Correntes.

A sessão pública ocorrerá às **9H (NOVE HORAS)**, **HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, de **07 DE AGOSTO DE 2023**, mediante uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1 Esta licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados e continuados de enfermagem, nas dependências da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, sem fornecimento de insumos, conforme as condições estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) Anexo(s).
- 1.2 A licitação será realizada em **01 (um) único item**.
- 1.3 Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema (<http://www.comprasnet.gov.br>).
- 2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (<http://www.comprasnet.gov.br>) implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(eu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(eu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros pessoas.

2.3 As(os) licitantes ou suas(eus) representantes legais deverão estar previamente credenciada(o)s junto ao órgão provedor no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresas cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.5.2 Empresas que tenham entre sua(eu)s empregada(o)s cônjuges, companheiras(os) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juíza(e)s vinculados ao TRE-SE.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidora/servidor, cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, da(o)s magistrada(o)s ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidora(e)s ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculada(o)s direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.5.4 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

2.5.5 Empresas proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

2.6 A microempresa ou a empresa de pequeno porte optante por recolher os impostos e as contribuições na forma do Simples Nacional poderá participar desta licitação, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e que, caso venha a ser contratada, faça a comunicação ao órgão fazendário competente, para fins de exclusão do regime diferenciado e para que passe a recolher os tributos pelo regime comum (Acórdão TCU-Plenário 797/2011).

2.6.1 A(o) licitante optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada(o) **deverá**, após a assinatura do Contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e de recebimento, comunicando a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.6.2 Caso a(o) Licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo estabelecido, o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.7 Como condição para participação no Pregão, a(o) licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), relativo às seguintes declarações:

2.7.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seu(s) anexo(s).

2.7.2 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

2.7.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2.7.4 Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.7.5 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
- https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1601637&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=174&infra_hash=4448f265d2f...

1/29

- 2.7.6 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.
- 2.7.7 Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

2.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da(o) licitante e subsequente encaminhamento da proposta, com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada dos documentos de habilitação previstos na cláusula quarta, a partir de **25 DE JULHO DE 2023**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até **07 DE AGOSTO DE 2023**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>).

- 3.1.1 Até a abertura da sessão pública, a(o)s licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 3.1.2 A(o)s licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do SICAF, assegurado às(aos) demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

3.1.2.1 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.1.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, da LC nº 123/2006.

3.1.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.1.3.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item 3.1.3.1 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à(ao) Pregoeira(o) convocar as(os) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

3.2 Incumbirá à(ao) licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) durante a sessão pública, ficando responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como suportando o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3 **Caso julgue necessário, a(o) licitante poderá realizar visita técnica** nas instalações do local de execução do serviço, acompanhada(o) por servidora/servidor designada(o) para esse fim, **de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, mediante agendamento prévio na Seção de Assistência à Saúde (SEASA), por meio do telefone (79) 3209-8884 ou ainda pelo e-mail: seasa@tre-se.jus.br** e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à sua execução.

- 3.3.1 Para a visita, a(o) licitante, ou sua(eu) representante legal, deverá estar devidamente identificada(o) e habilitada(o), mediante a apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa e assinado por sua(eu) responsável.
- 3.3.2 O prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 3.3.3 A visita deverá ocorrer individualmente com cada uma/um da(o)s licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.
- 3.3.4 A não realização da visita não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviços, devendo a(o) licitante vencedora/vencedor assumir o ônus do serviço decorrente.

3.4 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

- 3.4.1 Preços, em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato anexos a este Instrumento e inclusive os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.4.1.1 Para elaborar a proposta a(o) licitante deverá preencher a "Planilha de Custos e Formação de Preços" anexada a este Instrumento.
- 3.4.2 Especificações do objeto e prazos conforme **cláusula quinta** deste Edital, Termo de Referência e Minuta do Contrato anexos a este Instrumento.

3.4.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do Termo de Referência e da Minuta do Contrato anexos a este Instrumento.

3.4.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.4.2.1.2 Não será considerado o preenchimento de campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

- 3.6.1 A documentação referida no item 3.6 poderá ser complementada nos termos do artigo 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 e do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

3.6.1.1 **A complementação de documentação de que trata o item 3.6.1 se refere a documento ausente, comprobatório de condição atendida pela(o) licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeira(o) ([Acórdão 1211/2021 - TCU - Plenário](#); [Acórdão 468/2022 - TCU - Plenário](#)).**

CLÁUSULA QUARTA

DA FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 **Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da(o) licitante detentora/detentor da proposta aceita em primeiro lugar, a(o) Pregoeira(o) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

- a) SICAF.
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>).
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:112117978492086::NO:3.4.6::>)
- 4.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item 4.1 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 4.1.2 **A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(eu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(ao) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).**

- 4.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (SICAF) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.1.2.1.2 A(o) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

4.2 **A(o) licitante, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:**

- 4.2.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresária(o).

4.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de sua(eu)s administradora(e)s.

4.2.1.2.1 Os documentos referidos nos itens 4.2.1.1 e 4.2.1.2 devem contemplar o objeto deste Pregão.

4.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.2.1.4 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

4.2.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede da(o) licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.
- 4.2.2 Prova de regularidade para com a Seguridade Social e as Fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União) e municipal, do domicílio ou sede da(o) licitante ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.2.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).
- 4.2.5 Para fins de demonstração da **qualificação econômico-financeira**, a(o) licitante deverá:

4.2.5.1 Apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante.

4.2.5.2 Comprovar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório.

4.2.5.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

4.2.6 Prova de **aptidão** para a execução do objeto licitado, nos termos do item **15.1.1.2** do Termo de Referência anexado a este Instrumento, por meio do atendimento da seguintes exigência:

4.2.6.1 Apresentação de 01 (um) ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a(o) licitante executou Contrato(s) cujo objeto inclui **gestão de mão de obra (terceirização de mão de obra)** pelo período mínimo de **12 (doze) meses**.

4.2.6.2 Para fins de cumprimento da exigência prevista no item **4.2.6.1**, é possível que o atestado ou a declaração de capacidade técnica faça referência a Contrato vigente, ou seja, que esteja no curso de sua execução, desde que atendido o requisito temporal: execução mínima de 12 (doze) meses.

4.2.6.3 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do CONTRATANTE e da(o) CONTRATADA(O), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

4.2.6.3.1 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

4.2.6.3.2 Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo empresarial empresas controladas por ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da proponente.

4.2.6.4 O TRE-SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de Contratos, Notas Fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços, desconsiderando a documentação caso constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados.

4.3 A(o)s empresárias(os) ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal), IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) **válidos** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ficam dispensada(o)s de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.2.1** a **4.2.6**, desde que os dados registrados/disponibilizados no Sistema permitam a comprovação do atendimento a cada um dos requisitos, devendo cumprir as demais exigências.

4.4 A regularidade da(o) licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) será constatada por meio de consulta *on-line*, na fase de habilitação.

4.4.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

4.4.2 O descumprimento do item **4.4.1** implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.

4.5 No sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), a(o) licitante deverá emitir declaração indicada no item **2.7.4** deste Edital, no sentido de que não viola a proibição do artigo 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA QUINTA
DOS PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de **60 (sessenta) dias** contado da sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará a(o) adjudicatária(o) para, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados da data em que receber a convocação optar pela modalidade de garantia, nos termos do item **12.9** do Termo de Referência anexado a este Instrumento e assinar o Contrato.

5.2.1 **Integram o Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, seu(s) Anexo(s) e a proposta da(o) Contratada(o).**

5.3 O prazo e o local de execução do objeto deste Pregão, bem como as demais condições de execução contratual, encontram-se definidos no Termo de Referência, no Instrumento de Medição de Resultado e na Minuta do Contrato anexadas a este Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA
DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 **Esclarecimentos e Impugnação do Edital:**

6.1.1 Qualquer pessoa poderá, **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br, apresentar pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório e/ou impugná-lo.

6.1.2 A(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de **até 2 (dois) dias úteis**.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das **7h às 13h**.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0 e <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2023/arquivos-pregoes-2023>.

6.1.2.3 **A decisão da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação (art. 17, parágrafo único, do Decreto 10.024/2021).**

6.1.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

6.1.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o) nos autos do processo de licitação.

6.1.4 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações vincularão a(o)s participantes e a Administração.

6.1.5 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

6.2 **Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:**

6.2.1 A(o) Pregoeira(o), via sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), dará início à sessão pública, na data e no horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item **3.1**.

6.2.1.1 A(o) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do item**.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 O **modo de disputa será aberto** e os lances serão ofertados **pelo valor total do item, considerando-se o período de 36 (trinta e seis) meses previsto para a contratação**.

6.2.2.2 A(o) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

6.2.2.3 A(o) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

6.2.3 Durante a sessão pública, a(o)s licitantes serão informada(o)s, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

6.2.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.2.5 A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item **6.2.4** será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.2.6 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens **6.2.4** e **6.2.5**, a sessão pública se encerrará automaticamente.

6.2.7 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), nos termos do disposto no item **6.2.5**, poderá a(o) Pregoeira(o), assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.3 **Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:**

6.3.1 **Condições Gerais de Aceitabilidade e Eventual Empate:**

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), à(ao) licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar **para o item**, a fim de:

6.3.1.1.1 Obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.2 Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência, caso em que a(o) licitante será convocada(o) a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pela(o) Pregoeira(o), podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível da(o) licitante acolhida pela(o) Pregoeira(o).

6.3.1.2 **Serão recusadas as propostas:**

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme o item **6.3.1.1.2**.

- 6.3.1.2.2 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.
- 6.3.1.2.3 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos com mão de obra, com insumos e, de modo geral, com a aquisição e/ou execução do serviço, sejam coerentes com os praticados no mercado.
- 6.3.1.3 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexecuibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), a(o) licitante será convocada(o), via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa da(o) licitante acolhida pela(o) Pregoeira(o).
- 6.3.1.3.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.3.1.1 Questionamentos junto à(ao) proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade.

6.3.1.3.1.2 Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho.

6.3.1.3.1.3 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social.

6.3.1.3.1.4 Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares.

6.3.1.3.1.5 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.3.1.6 Verificação de outros contratos que a(o) proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.3.1.7 Pesquisa de preços com fornecedoras(es) dos insumos utilizados.

6.3.1.3.1.8 Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pela(o) proponente.

6.3.1.3.1.9 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa.

6.3.1.3.1.10 Estudos setoriais.

6.3.1.3.1.11 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

6.3.1.3.1.12 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a(o) proponente disponha para a prestação dos serviços.

6.3.1.3.1.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.1.4 Na hipótese de não haver lance após o início da fase competitiva e sendo verificado o empate entre as propostas apresentadas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) entre aquelas apresentadas.

6.3.2 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):

- 6.3.2.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da [Lei Complementar 123/2006](#).
- 6.3.2.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 6.3.2.1, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
- 6.3.2.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) dentre as propostas empatadas.

6.3.3 Condições Específicas de Aceitabilidade:

- 6.3.3.1 A(o)s licitante(s) classificada(o)s em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o) e **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), **deverá(ão)** apresentar:

6.3.3.1.1 Planilha de Custos e Formação de Preços, preenchida na forma do **modelo anexado** a este Instrumento, de modo a contemplar os valores unitários e totais.

6.3.3.1.2 Documento apto a comprovar os percentuais do Fator Acidentário de Prevenção – FAP e do Risco Ambiental do Trabalho – RAT por ela(e) praticados, a exemplo dos Relatórios emitidos pelo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP.
- 6.3.3.2 A(o) Pregoeira(o) poderá conceder prorrogação do prazo para a apresentação e/ou ajuste/correção dos arquivos indicados no item 6.3.3.1, mediante justificativa plausível da(o) licitante, desde que acolhida pela(o) Pregoeira(o).
- 6.3.3.3 A entrega e a análise da planilha precedem a aceitação da proposta classificada em 1º (primeiro) lugar.
- 6.3.3.4 Nos custos indiretos, deve constar a previsão do custo com:

6.3.3.4.1 A manutenção mensal da conta vinculada para depósito dos encargos trabalhistas, consoante acordo firmado entre o TRE-SE e o Banco do Brasil, o qual estabelece a cobrança de tarifas mensais de manutenção, conforme Tabela de Tarifas afixada nas agências do Banco e disponível na Internet (www.bb.com.br), na forma da regulamentação vigente do Banco Central do Brasil.

6.3.3.4.2 Eventual alocação de empregada(o) substituta(o) referente às ausências cobertas pelo INSS (atestados acima de 15 dias, etc.), nos termos do item 3.6.6.1.1 do Termo de Referência anexado a este Instrumento.
- 6.3.3.5 Caso a proposta apresente percentuais diferentes daqueles informados no Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços anexado ao Edital, a(o) licitante deverá apresentar a respectiva justificativa e a memória de cálculo.

6.3.3.5.1 **A(o) licitante deverá informar, na(s) planilha(s) enviada(s), o ato normativo ou eventual acordo, convenção coletiva ou sentença normativa utilizada como parâmetro para formulação de sua proposta.**
- 6.3.3.6 Para obtenção do valor de referência considerou-se o piso salarial nacional instituído pela Lei nº 14.434/2022, a jornada de trabalho definida no item 3.6 do Termo de Referência (30 horas semanais, 150 horas mensais), bem como a contratação de profissional na modalidade de contrato por tempo parcial, que tem previsão na Consolidação das Leis do Trabalho (art. 58-A, CLT). Portanto, **o salário base aplicado à contratação é proporcional às horas de trabalho e compreende R\$ 3.238,64 (três mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos).**

6.3.3.6.1 **Na elaboração de sua planilha de formação de preços, a(o) licitante poderá utilizar/indicar norma coletiva de trabalho/ato normativo diversa/diverso daquela(e) adotado por este TRE-SE como parâmetro para o orçamento estimado da contratação (art. 581, § 2º, da CLT; art. 8º, inciso II, da Constituição Federal; Acórdão TCU 1097/2019-Plenário):**

6.3.3.6.2 **A indicação de salário base inferior ao definido no item 6.3.3.6 somente será admitida caso respaldada em acordo ou convenção coletiva de trabalho que verse acerca da categoria enfermeiro, com abrangência territorial compatível com o local em que se dará a prestação dos serviços contratados, aplicável à contratação.**
- 6.3.3.7 Não serão admitidas taxas de despesa administrativa superiores a 5% (cinco por cento) e de lucro superior a 10% (dez por cento).
- 6.3.3.8 Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS, observadas as faculdades estabelecidas na legislação, não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.
- 6.3.3.9 As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, o que exige apresentação de planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS.

6.3.3.9.1 Caso a(o) licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento.

6.3.3.9.2 Caso a(o) licitante não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS apurado com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições e do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.

6.3.3.9.3 O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições:

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS					
MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 1,65%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	19.800,00	2.750,00	17.050,00	1,42%
MÊS 2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43%
MÊS 3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45%
MÊS 4	1.180.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41%
MÊS 5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37%
MÊS 6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41%
MÊS 7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35%
MÊS 8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38%
MÊS 9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41%
MÊS 10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44%
MÊS 11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44%
MÊS 12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,41%

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de COFINS					
MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 7,60%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	91.200,00	12.600,00	78.600,00	6,55%
MÊS 2	1.300.000,00	98.800,00	13.500,00	85.300,00	6,56%
MÊS 3	1.350.000,00	102.600,00	14.700,00	87.900,00	6,51%
MÊS 4	1.180.000,00	89.680,00	12.700,00	76.980,00	6,52%
MÊS 5	1.450.000,00	110.200,00	15.200,00	95.000,00	6,55%
MÊS 6	1.400.000,00	106.400,00	17.200,00	89.200,00	6,37%
MÊS 7	1.250.000,00	95.000,00	15.000,00	80.000,00	6,40%
MÊS 8	1.330.000,00	101.080,00	15.500,00	85.580,00	6,43%
MÊS 9	1.340.000,00	101.840,00	13.500,00	88.340,00	6,59%
MÊS 10	1.270.000,00	96.520,00	12.800,00	83.720,00	6,59%
MÊS 11	1.380.000,00	104.880,00	14.000,00	90.880,00	6,59%
MÊS 12	1.270.000,00	96.520,00	15.000,00	81.520,00	6,42%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					6,51%

6.3.3.9.4 Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da(o) licitante e não será admitida a repactuação ou reequilíbrio em função da cotação de percentuais equivocados.

6.3.4 Condições de Habilitação:

6.3.4.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta** e remetidos via sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) por ocasião do encaminhamento da proposta, conforme indicado no item **3.1**, poderão ser **complementados** quando se fizer necessária essa providência.

6.3.4.1.1 A documentação **complementar** deve ser encaminhada após o encerramento do envio de lances, observando-se o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo esse prazo ser prorrogado, desde que acolhida justificativa da(o) licitante.

6.3.4.1.1.1 O encaminhamento da documentação deve ser feito **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>).

6.3.4.1.2 Têm-se por **complementares à habilitação** os documentos necessários à confirmação daqueles exigidos na **cláusula quarta**, observado o disposto no item **3.6.1.1**.

6.3.5 Se a/o(s) licitante(s) deixar(em) de apresentar os documentos/planilha conforme estabelecido neste Edital ou não adotar providências para o saneamento das incorreções apontadas no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), sua proposta será desclassificada e ela/e(s) estará(ão) sujeita/o(s) às penalidades previstas na cláusula nona deste Instrumento, prosseguindo-se o certame com a convocação de outra(o) licitante, observada a ordem de classificação.

6.3.6 Outras Disposições:

6.3.6.1 Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se a(o) licitante desatender as exigências habilitatórias, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.3.6.1.1 Na situação prevista no item **6.3.6.1**, a(o) Pregoeira(o) deverá proceder conforme os itens **6.3.1**, **6.3.2**, **6.3.3** e **6.3.4**.

6.3.6.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

6.3.6.2.1 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de que trata o item **6.3.6.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e o registro da ocorrência em ata.

6.3.6.3 Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.6.3.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada nos mesmos moldes indicados no item **6.3.6.2.1**.

6.3.6.4 Será declarada(o) vencedora/vencedor a(o) licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global por item**, desde que atendidas as exigências de habilitação deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme previsto na **cláusula oitava**.

6.3.6.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejarem a desclassificação.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pela(o) Pregoeira(o).

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada da(o) licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela(o) Pregoeira(o) à(ao) vencedora/vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da(o) licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência – a decisão da(o) Pregoeira(o) tem que causar prejuízo direto à(ao) recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade – só a(o) licitante credenciada(o) poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica da(o) recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação da(o) licitante ou de suas(eus) concorrentes no certame.

- 7.3.1.5** Motivação – a(o) recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos à(ao) Pregoeira(o), que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação da(o)s licitantes.
- 7.4** Aceita a intenção de recurso, será concedido à(ao) recorrente prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões recursais, ficando a(o)s demais licitantes desde logo notificada(o)s a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo da(o) recorrente.
- 7.5** Considerando a(o) Pregoeira(o), ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação à(ao) vencedora/vencedor.
- 7.5.1** Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.
- 7.5.2** Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.
- 7.6** Cabe à(ao) Pregoeira(o) receber, examinar, instruir e decidir os recursos **em até 5 (cinco) dias úteis**.
- 7.6.1** Quando mantiver sua decisão, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.
- 7.6.2** O acolhimento do recurso pela(o) Pregoeira(o) ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.7** Fica assegurado à(ao)s licitantes:
- 7.7.1** O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do *site* <http://www.comprasnet.gov.br>.
- 7.7.2** Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.
- 7.8** Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, nos casos de:
- 7.8.1** Revogação ou anulação deste Pregão Eletrônico (hipóteses previstas nos itens **8.4** e **8.5**), contando-se o prazo da publicação do ato na Imprensa Oficial (DOU).
- 7.8.2** Aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF (prevista na **cláusula nona**), contada da notificação da(o) licitante, conforme disciplinado nos itens **9.7** e **9.7.1**.
- 7.9** A Diretoria-Geral ou a Presidência do TRE-SE, conforme o caso, poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto efeito suspensivo nos casos previstos no itens **7.8** e **9.7** deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1** O objeto deste Pregão será adjudicado à(ao) licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**, desde que regularmente atendidos os critérios de habilitação.
- 8.2** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 8.2.1 A(o) adjudicatária(o), quando convocada(o), terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para assinar o Contrato, a contar da data em que receber a comunicação, salvo justificativa acolhida pela Administração.**
- 8.3** Se a(o) licitante vencedora/vencedor, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Instrumento e/ou recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato, **sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis**, a(o) Pregoeira(o) poderá convocar outra(o) licitante para fazê-lo, desde que respeitada a ordem de classificação, comprovados os requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação.
- 8.4** A autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 8.5** A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a(o) Contratada(o), ressalvado o disposto no item **8.7**.
- 8.6** A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão Eletrônico opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.
- 8.7** A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a(o) Contratada(o) pelo que esta(e) houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 8.8** No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA

DAS PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

- 9.1 A(o) licitante** que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, ficará impedida(o) de licitar e de contratar com a União e será descredenciada(o) no SICAF:
- 9.1.1 Por até 2 (dois) meses**, quando não entregar a documentação exigida para o certame.
- 9.1.2. Por até 4 (quatro) meses:**
- 9.1.2.1** Quando ensejar o retardamento da execução do certame.
- 9.1.2.2** Quando não mantiver a proposta.
- 9.1.3 Por até 2 (dois) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo.
- 9.2** O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.
- 9.3** A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
- 9.4** O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 9.5** Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.
- 9.6** Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia à(ao) interessada(o), mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado de sua notificação.
- 9.7** A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado da notificação da(o) licitante.
- 9.7.1** A notificação da(o) licitante referida no item **9.7** será efetivada mediante publicação de Aviso de Julgamento na imprensa oficial (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1** Integram este Edital os seguintes anexos:
- 10.1.1** Anexo I – Termo de Referência.
- 10.1.2** Anexo II – Instrumento de Medição de Resultado.
- 10.1.2.1** Anexo II - A - Formulário de avaliação de qualidade do serviço
- 10.1.2.2** Anexo II - B - Formulário de formação de valor para emissão de Nota Fiscal
- 10.1.3** Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 10.1.4** Anexo IV – Minuta do Contrato.
- 10.2** As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento e penalidades constam do Termo de Referência e da Minuta do Contrato anexados a este Instrumento.
- 10.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.**
- 10.4** É facultada à(ao) Pregoeira(o) ou à autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta e da habilitação, observando-se para tanto os termos dos itens **3.6.1.1** e **6.3.6.2.1**.
- 10.4.1 Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, possibilitando-lhe rever seus atos a qualquer tempo, justificadamente, mantendo a transparência do certame.**
- 10.5** Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

10.6 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.7 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, a Lei 13.709/2018, a Lei 14.434/2022, a Lei 7.498/1986, o Decreto-Lei 2.848/1940, o Decreto nº 9.507/2018, a Resolução TRE-SE 120/2015, a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados e continuados de enfermagem, no posto de enfermeira(o), nas dependências da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, sem fornecimento de insumos, conforme especificações a seguir:

Código Siasg/ Especificação	Item	Categoria profissional	Modalidade	Quantidade/Unidade de Medida	Turno	Horário	Jornada	Período da contratação	Valor mensal	Valor total (para 36 meses), incluindo o fornecimento de EPI's
00001835-0	1	Enfermagem	Mão de obra	1 Posto de Trabalho	Diurno	Das 7 às 13h	30h	36 meses	R\$ 7.644,02	R\$ 277.048,44

1.2 Local e horário de execução: Seção de Assistência à Saúde (SEASA), localizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, lote 7, Variante 2, Capucho, CEP: 49.081-000, de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h.

1.3 A contratação poderá ser prorrogada a critério do TRE-SE, observado o disposto no item **8** deste Instrumento e em conformidade com a Lei 8.666/93.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativas da necessidade

O Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução CNJ n.º 207, de 15/10/2015, instituiu a política de atenção integral à saúde de magistrada(o)s e servidora(e)s do Poder Judiciário, com os seguintes objetivos:

I – definir princípios, diretrizes, estratégias e parâmetros para a implementação, em caráter permanente, de programas, projetos e ações institucionais voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental de magistrada(o)s e servidora(e)s;

II – coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial em saúde, promoção, prevenção e vigilância em saúde de magistrada(o)s e servidora(e)s a fomentar a construção e a manutenção de meio ambiente de trabalho seguro e saudável e, assim, assegurar o alcance dos propósitos estabelecidos no Plano Estratégico do Poder Judiciário; e

III – instituir e monitorar a Rede de Atenção à Saúde, priorizando-se o compartilhamento de experiências e a uniformização de critérios, procedimentos e prontuários, respeitadas as peculiaridades locais.

A fim de atender tais objetivos, os Tribunais, através de suas unidades de saúde, devem adotar um conjunto de medidas com a finalidade de reduzir e/ou eliminar os riscos decorrentes do ambiente, do processo e das condições de trabalho e dos hábitos de vida, e de propiciar que estes ambientes, processo e condições contribuam para a saúde dos sua(eu)s agentes.

Neste sentido, o art. 6º, da citada Resolução do CNJ, estabelece como atribuições das unidades de saúde além de outras, realizar ou gerir exames periódicos de saúde; proceder à análise ergonômica dos ambientes, processos e condições de trabalho; emitir ou homologar laudos de insalubridade e periculosidade e participar das análises de acidentes em serviço e doenças ocupacionais.

Observa-se que tais atribuições, em parte, são inerentes às atividades de saúde ocupacional, especialidade reconhecida pelos Conselhos Federais de Medicina e de Enfermagem.

Dito isso, considerando-se a imprescindibilidade das ações do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, da realização de exames médicos periódicos da(o)s servidora(e)s, de acordo com os riscos ocupacionais identificados no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, e em virtude da vacância do cargo de Técnico Judiciário - Apoio Especializado Enfermagem, transformado para a área de Tecnologia da Informática, entende-se que a contratação de uma/um profissional com graduação em enfermagem em substituição à(ao) Técnica(o) de enfermagem seria mais vantajoso para a Administração e alcançaria o escopo de garantir a prestação desse serviço.

Em tempo, no processo SEI 0006517-05.2019.6.25.8100, ressalta-se que, por 2 (duas) vezes, a Seção de Assistência à Saúde (SEASA) deste Regional foi inspecionada pelo Conselho Regional de Enfermagem - COREN-SE, relatando a necessidade de cumprimento do que Estabelece o artigo 15 da Lei nº 7498/86, segundo o qual as atividades referidas nos arts. 12 e 13, quando exercidas em instituições de saúde, públicas e privadas, e em programas de saúde, somente podem ser desempenhadas sob orientação e supervisão de Enfermeira(o). Dito isso, sustenta-se a contratação de profissional com esta graduação e com especialização em enfermagem do trabalho, cursada em instituição aprovada pelo Ministério da Educação - MEC, visando à melhoria dos serviços de saúde ocupacional já implementados.

2.2 Justificativa acerca da natureza continuada do serviço

2.2.1 Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender a necessidade pública de forma permanente e ininterrupta, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua lacuna possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

2.2.2 Os serviços a serem contratados são de natureza continuada pois, se interrompidos, podem resultar na descontinuidade de suas atividades que são relevantes e indispensáveis para o cumprimento da missão institucional do TRE-SE. Assim, sua contratação deve se estender por mais de um exercício financeiro, de forma segura e confiável. Esse formato de contratação também vai ao encontro de uma maior facilidade na execução dos serviços e na gestão contratual. Com efeito, a fixação do prazo de **36 (trinta e seis) meses** para execução e vigência contratual alinha-se com a perspectiva de preços e condições mais vantajosas para a Administração e se coaduna com a eficiência e a economicidade desejadas na aplicação de recursos públicos.

2.2.3 Além de ser prestado de forma contínua, a natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

2.2.4 Tratando-se de serviço comum, deverá ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2.2.5 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507/2018, constituindo atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.3 Justificativas da contratação por posto de trabalho

2.3.1 Não obstante a unidade de medida deva permitir a mensuração dos resultados para o pagamento da(o) CONTRATADA(O) a fim de eliminar a possibilidade de remunerá-la na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, conforme a IN SGMPDG 5/2017, o tipo do serviço e a sua alta demanda dificultam a sua quantificação adequadamente, razão pela qual **adotou-se o posto de trabalho** como unidade de medida.

2.3.2 O quantitativo de posto de trabalho foi estipulado com base nas demandas da Seção de Assistência à Saúde (SEASA) e se coaduna com a necessidade do serviço.

2.3.3 No item **3** deste instrumento estão detalhadas as atividades rotineiras a serem desenvolvidas.

2.4 Alinhamento entre a contratação e o planejamento

2.4.1 O alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do órgão é essencial para o alcance de resultados efetivos para a organização, assim como para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a logística como uma aliada da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

2.4.2 Sob a perspectiva de resultados para a sociedade, a prestação dos serviços descritos no item **1.1** tem impacto na qualidade do atendimento ao público externo [beneficiária(o)s da assistência à saúde na modalidade direta] da Instituição, pois propicia ambiente adequado e seguro.

2.4.3 Esta contratação está integrada ao [Planejamento Estratégico 2021/2026 do TRE-SE](#), atrelada ao fundamento do Macrodesafio 6 - Melhoria da Gestão de Pessoas - Iniciativa Estratégica 6 - Saúde Integral.

2.5 Dos estudos técnicos preliminares

2.5.1 A avaliação da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) realizada na fase de planejamento da contratação encontra-se reproduzida no documento Estudos Técnicos Preliminares (ETP), cujo conteúdo está disponibilizado para consulta no endereço eletrônico do TRE-SE.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A contratação de empresa para o fornecimento de serviços de enfermagem [Posto de trabalho de Enfermeira(o) de Nível Superior] deverá adotar as diretrizes detalhadas nos tópicos seguintes:

POSTO DE TRABALHO	CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO)

Enfermeira(o)	223505
---------------	--------

3.2 Caracterização dos serviços especializados de ENFERMAGEM na sede do TRE-SE:

3.2.1 A relação dos serviços especializados de ENFERMAGEM encontra-se prevista na tabela do item 3.5.1 deste Instrumento e obedece às previsões legais definidas pelo COFEN (Conselho Federal de Enfermagem), por meio da Lei 7.498/1986, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Enfermeira(o).

3.3 Salário da categoria:

3.3.1 O valor do salário base da categoria corresponde a R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais), conforme piso salarial nacional instituído pela Lei nº 14.434/2022. Referido piso salarial compreende jornada de 44 horas semanais, 220 horas mensais.

3.3.2 Considerando a jornada de trabalho definida no item 3.6 (30 horas semanais, 150 horas mensais), a presente licitação considerará a contratação de profissional na modalidade de contrato por tempo parcial, que tem previsão na Consolidação das Leis do Trabalho (art. 58-A, CLT). Portanto, **o salário base aplicado à contratação (inclusive para a definição do valor de referência) é proporcional às horas de trabalho e compreende R\$ 3.238,64 (três mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos).**

3.3.2.1 A indicação de salário base inferior ao definido no item 3.3.2 somente será admitida caso respaldada em acordo ou convenção coletiva de trabalho que verse acerca da categoria enfermeiro, com abrangência territorial compatível com o local em que se dará a prestação dos serviços contratados.

3.3.3 De acordo com o **Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT** do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, a(o)s servidora(e)s lotada(o)s no **Grupo GHE III – SEASA – EXPOSIÇÃO AMBIENTAL A RISCO BIOLÓGICO: POSTO MÉDICO** fazem jus ao pagamento do adicional de insalubridade de grau médio e, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora nº 15 – Atividades e Operações Insalubres, o exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura à(ao) servidora/servidor a percepção de adicional, incidente sobre o salário, equivalente a **20% (vinte por cento)**. Deste modo, a(o) profissional de enfermagem, objeto da contratação, enquadrar-se-á às mesmas condições ambientais de trabalho da(o)s servidora(e)s do referido grupo.

3.4 Local da prestação do serviço e caracterização do serviço:

3.4.1 As atividades serão realizadas nas dependências da sede do TRE-SE, na Seção de Assistência à Saúde - SEASA, situada no Centro Administrativo Augusto Franco, Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju – SE.

3.4.2 No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe são beneficiária(o)s do Programa de Assistência à Saúde Suplementar - PASS, na modalidade de assistência direta à saúde, **197 servidora(e)s ativa(o)s** ocupantes de cargo efetivo, **37 servidora(e)s inativa(o)s**, **22 servidora(e)s lotada(o)s** no TRE-SE em virtude de remoção, exercício provisório, cessão para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, **9 servidora(e)s sem vínculo** [ocupantes de cargo em comissão, servidora(e)s requisitada(o)s, enquanto permanecerem à disposição do Tribunal], e **23 pensionistas estatutária(o)s**.

3.5 Total de horas demandadas diariamente

3.5.1 Total de horas demandadas diariamente por atividade/serviço no TRE-SE:

ATIVIDADE	DURAÇÃO
Praticar todos os atos pertinentes à enfermagem, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação	0,5h
Planejar, executar e avaliar a assistência de enfermagem	0,5h
Realizar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas	0,5h
Acompanhar e/ou assistir médica(o) no cuidado à(ao) servidora/servidor	0,5h
Realizar registro das atividades executadas	0,5h
Participar da elaboração de campanhas de saúde da(o) servidora/servidor	0,5h
Colaborar no levantamento epidemiológico da saúde da(o) servidora/servidor e na proposta de implementação do planejamento dos programas de saúde	0,5h
Gerenciar insumos, materiais, equipamentos e medicamentos sob sua guarda e responsabilidade	0,5h
Auxiliar, em seu âmbito de conhecimento, nas aquisições de materiais, equipamentos, insumos e medicamentos	0,5h
Receber e conferir materiais, equipamentos, insumos e medicamentos adquiridos	0,5h
Administrar medicamentos por via oral, muscular, subcutânea e venosa, conforme prescrição médica	0,5h
Demais atribuições inerentes à categoria profissional (enfermeira/enfermeiro)	0,5h
TOTAL DE HORAS DEMANDADAS	6h

3.6 Jornada de Trabalho e férias:

3.6.1 O serviço referente a este posto de trabalho deverá ser realizado de segunda a sexta-feira, sendo 06h (seis horas) diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais e 150 (cento e cinquenta) horas mensais.

3.6.2 O horário de funcionamento do posto de trabalho está compreendido, normalmente, entre 7h (sete horas) e 13h (treze horas).

3.6.3 No caso de cumprimento de carga horária inferior a 6h diárias ou a 30h semanais, as horas não laboradas poderão ser consideradas para a formação de banco de horas (devedor) e a compensação ocorrerá quando houver acréscimo fundamentado de serviço, mediante alinhamento com a Gestão/Fiscalização da Contratação.

3.6.4 Se for necessário e, a critério do TRE-SE, poderá ser solicitada a execução do serviço em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente (antecedência de 24h) à(ao) CONTRATADA(O), podendo, nesse caso, haver compensação da carga horária semanal estabelecida.

3.6.5 As férias do posto de trabalho, a partir do cumprimento do período aquisitivo, ocorrerão, salvo motivo justificado, no interregno compreendido entre 14 de dezembro a 12 de janeiro de cada ano. Excepcionalmente, a EGC poderá estabelecer período diverso, cuja comunicação à(ao) CONTRATADA(O) deverá ocorrer até o final do mês de outubro imediatamente anterior.

3.6.6 O Tribunal não exigirá substituição para férias ou para afastamentos iguais ou inferiores a 15 dias.

3.6.6.1 A não exigência de reposição da(o) profissional ausente por período igual ou inferior a 15 (quinze) dias se justifica em razão do custo envolvido no período, por se tratar de serviço que envolve adaptação às rotinas do Setor de Saúde. A(o) substituta(o) não se tornará apta(o) a colaborar eficientemente com a equipe por período igual ou inferior a 15 (quinze) dias.

3.6.6.1.1 Ressalta-se que a(o) licitante CONTRATADA(O) deverá alocar substituta(o) referente às ausências cobertas pelo INSS (atestados acima de 15 dias, etc.) e, neste caso, eventual custo para a(o) licitante CONTRATADA(O) deverá integrar a rubrica "Custos Indiretos", do módulo 6, da Planilha de Custos e Formação de Preços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

4.1.1 Normas gerais de conduta da(o) profissional e de execução do serviço:

- 4.1.1.1 Ser pontual e realizar o trabalho determinado, ausentando-se apenas quando autorizada(o) pela(o) Fiscal do Contrato;
- 4.1.1.2 Apresentar-se devidamente identificada(o), asseado(a) e com unhas aparadas;
- 4.1.1.3 Manter cabelos cortados e/ou presos;
- 4.1.1.4 Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do TRE-SE;
- 4.1.1.5 Comunicar à(ao) Fiscal do Contrato qualquer irregularidade verificada;
- 4.1.1.6 Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- 4.1.1.7 Cumprir as normas internas do órgão;

- 4.1.1.8 Zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- 4.1.1.9 Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos disponíveis para a execução do serviço;
- 4.1.1.10 Utilizar todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- 4.1.1.11 Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- 4.1.1.12 Manter atualizada a documentação utilizada na unidade;
- 4.1.1.13 Buscar orientação com a(o) Fiscal Técnica(o) do Contrato, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- 4.1.1.14 Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 4.1.1.15 Levar ao conhecimento da(o) Fiscal do Contrato, de forma imediata, qualquer informação considerada importante;
- 4.1.1.16 Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à(ao) Fiscal do Contrato, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- 4.1.1.17 Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias do serviço;
- 4.1.1.18 Evitar confrontos com servidora(e)s, outra(o)s prestadora(e)s de serviço e visitantes do Tribunal;
- 4.1.1.19 Tratar toda(o)s com urbanidade;
- 4.1.1.20 Não abordar autoridades ou servidora(e)s para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização.

5. QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA A(O) PROFISSIONAL ALOCADA(O) NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

- 5.1 Enfermeira(o): curso superior em Enfermagem concluído em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC e regularidade junto ao Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe– COREN/SE.
- 5.2 Especialização em enfermagem do trabalho em instituição aprovada pelo Ministério da Educação - MEC, visando à melhoria dos serviços de saúde ocupacional já implementados.

6. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's)

6.1 Cumpre à(ao) CONTRATADA(O) fornecer EPI's apropriados à sua(eu) empregada(o) sempre na antevéspera do primeiro dia de atividade da(o) enfermeira(o), renovando-os anualmente, conforme relação que segue:

ITEM	PEÇA	QUANTIDADE ANUAL
1	Jaleco	3 unidades
2	Máscara cirúrgica com elástico	6 caixas
3	Luva para procedimento	6 caixas
4	Óculos de proteção individual	1 unidade
5	Face shield	1 unidade

7. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

7.1 O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei 8.666/93 alterado pela Lei 12.349/2010, à Lei 12.187/2009, ao art. 6º da Instrução Normativa 1/2010 da SLTI/MPOG e ao Decreto 7.746/2012.

7.2 Na presente contratação serão adotadas as seguintes boas práticas sustentáveis:

- 7.2.1 A(o) CONTRATADA(O) deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde da(o)s trabalhadora(e)s e pessoas envolvidas na prestação dos serviços.
- 7.2.2 Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Previdência e normas ambientais vigentes.
- 7.2.3 Comprovar, como condição prévia à assinatura do Contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:
 - 7.2.3.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
 - 7.2.3.1.1 O Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4/2016 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho na rede mundial de computadores, conforme prevê o art. 14 da [Portaria MTB 1.293/2017](https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf) (https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).
 - 7.2.3.2 Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora/vencedor ou sua(eu)s dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.
 - 7.2.3.2.1 A condição prevista no item 7.2.3.2 será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da(o) CONTRATADA(O), sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste Instrumento.

8. INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 A contratação do serviço objeto deste instrumento (item 1.1) terá **vigência inicial de 36 (trinta e seis) meses**.

8.2 O objeto desta contratação **poderá ser prorrogado** até o prazo limite estabelecido na legislação, por interesse das partes, mediante termo aditivo, desde que haja autorização formal da autoridade competente e que sejam preenchidos, de forma simultânea, os requisitos abaixo enumerados:

- 8.2.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação do serviço tem natureza continuada.
- 8.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que o serviço tenha sido prestado regularmente.
- 8.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.
- 8.2.4 Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração.
- 8.2.5 Haja manifestação expressa da(o) CONTRATADA(O) informando o interesse na prorrogação.
- 8.2.6 Seja comprovado que a(o) CONTRATADA(O) mantém as condições iniciais de habilitação.

8.3 A **vantajosidade econômica para a prorrogação estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

- 8.3.1 Os itens envolvendo a folha de salário forem reajustados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de ato normativo.
- 8.3.2 Os itens envolvendo equipamentos de proteção individual (EPI's) forem reajustados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

8.4 A(o) CONTRATADA(O) não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

8.5 Quanto à necessidade de a(o) CONTRATADA(O) promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

- 8.5.1 Não será necessário transição contratual diante do objeto da prestação do serviço.

9. VISITA TÉCNICA FACULTATIVA PARA A LICITAÇÃO

9.1 Caso julgue necessário, a(o) licitante poderá realizar visita técnica nas instalações do local de execução do serviço, acompanhada(o) por servidora/servidor designada(o) para esse fim, **de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, mediante agendamento prévio na Seção de Assistência à Saúde (SEASA) ou por meio do telefone (79) 3209-8884 ou ainda pelo e-mail: seasa@tre-se.jus.br** e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à sua execução.

9.2 Para a visita técnica, ou o sua(eu) representante legal, deverá estar devidamente identificada(o) e habilitada(o), mediante a apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa e assinado por sua(eu) responsável.

9.3 O prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.4 A visita deverá ocorrer individualmente com cada uma/um da(o)s licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

9.5 A não realização da visita não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a(o) licitante vencedora/vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas na contratação, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 Obrigações do CONTRATANTE e suas vedações:

10.2.1 É dever da(o) CONTRATANTE:

- 10.2.1.1 Emitir Nota de Empenho.
- 10.2.1.2 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou Preposta(o) da(o) CONTRATADA(O).
- 10.2.1.3 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O), nos moldes do item **12.2**, quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.
- 10.2.1.4 Proporcionar à(ao) CONTRATADA(O) as condições indispensáveis à/ao execução/fornecimento do objeto deste Instrumento.
- 10.2.1.5 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento e no Termo de Contrato.
- 10.2.1.6 Fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.
- 10.2.1.7 Realizar as avaliações previstas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

10.2.2 É vedado ao CONTRATANTE:

- 10.2.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:
 - 10.2.2.1.1 Exercer o poder de mando sobre a(o) empregada(o) da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente à/ao Preposta(o) ou pessoa(s) responsável(eis) por ela(e) indicada(s)/indicado(s).
 - 10.2.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.
 - 10.2.2.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções da(o) trabalhadora/trabalhador da(o) CONTRATADA(O), mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora/trabalhador foi contratada(o).

10.3 Obrigações da(o) CONTRATADA(O) e suas vedações

10.3.1 É dever da(o) CONTRATADA(O):

- 10.3.1.1 Executar o serviço objeto deste Instrumento de acordo com o pactuado, devendo estar atenta(o) às disposições de normas e Leis que tratam da prestação do serviço, como também à legislação trabalhista, além das normas e Leis que venham a ser publicadas durante a vigência do período de execução da contratação e que tenham estrita relação com o objeto contratado.
- 10.3.1.2 Indicar Preposta(o) no prazo da assinatura do Contrato (2 dias úteis) para, durante o período de vigência, representá-la(o) na execução da contratação, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.
 - 10.3.1.2.1 Cuidar para que a(o) Preposta(o) indicada(o) mantenha permanente contato com a Gestão/Fiscalização da Contratação, adotando as providências requeridas relativas à execução do serviço pela(o) empregada(o).
- 10.3.1.3 Coordenar e controlar a execução do serviço prestado.
- 10.3.1.4 Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 10.3.1.5 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno do CONTRATANTE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde será executado o serviço.
- 10.3.1.6 Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiras pessoas, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução da contratação.
- 10.3.1.7 Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 10.3.1.8 Fiscalizar regularmente a(o) empregada(o) designada(o) para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que está sendo prestado.
- 10.3.1.9 Refazer o serviço que, a juízo do CONTRATANTE, não for considerado satisfatório, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- 10.3.1.10 Executar o serviço em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação da carga horária semanal estabelecida, caso solicitado previamente pelo CONTRATANTE, no prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis, e desde que haja acordo individual escrito ou o instrumento coletivo autorizativo.
- 10.3.1.11 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito.
- 10.3.1.12 Orientar sua(eu) empregada(o) a agir com cortesia, educação, urbanidade e fino trato com toda(o)s a(o)s usuária(o)s do seu serviço.
- 10.3.1.13 Treinar sua(eu) empregada(o) quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidora(e)s, colaboradora(e)s e visitantes do CONTRATANTE.
- 10.3.1.14 Manter sua(eu) empregada(o) sob as normas disciplinares do TRE-SE, substituindo-a(o), no prazo indicado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, quando considerada(o) inconveniente pelo CONTRATANTE.
 - 10.3.1.14.1 A(o) substituta(o) somente será aceita(o) após comprovação prévia de atendimento das qualificações especificadas neste Instrumento, desde que esteja devidamente identificada(o) e com seus EPI's.
 - 10.3.1.14.2 Qualquer substituição de funcionária(o) deverá ser previamente comunicada à Gestão/Fiscalização da Contratação.
- 10.3.1.15 Manter sua(eu) empregada(o) devidamente identificada(o), além de fornecer e fiscalizar o correto uso dos EPI's necessários para a execução do serviço.
- 10.3.1.16 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do serviço, sem interrupção nas situações de ausências cobertas pelo INSS (atestados acima de 15 dias, etc.), salientando-se que a(o) sua(eu) empregada(o) **não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com este Tribunal, não sendo possível o envio de trabalhadora/trabalhador tipo diarista, sem vínculo empregatício com a empresa vencedora do certame para a execução do serviço solicitado neste Instrumento.**
- 10.3.1.17 Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização, o serviço contratado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Instrumento e pela Gestão/Fiscalização da Contratação, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 10.3.1.18 Administrar e coordenar todo e qualquer assunto relativo a sua(eu) empregada(o), cuidando da disciplina e comportamento no local de trabalho.
- 10.3.1.19 Assumir todas as responsabilidades e, por meio da(o) Preposta(o), tomar as medidas necessárias ao atendimento da(o) sua(eu) empregada(o) acidentada(o) ou acometida(o) de mal súbito.
- 10.3.1.20 Entregar, **no 1º (primeiro) dia útil de cada mês**, a folha de ponto de sua(eu) empregada(o), oportunidade em que providenciará o recolhimento do controle de frequência do mês anterior, devidamente acompanhado pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou auxiliares na fiscalização.
- 10.3.1.21 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de sua(eu) empregada(o), bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.
- 10.3.1.22 Efetuar a reposição da mão de obra por eventual ausência da(o) empregada(o) para afastamentos superiores a 15 (quinze) dias.
- 10.3.1.23 Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal de sua(eu) empregada(o).
- 10.3.1.24 Responsabilizar-se pelo transporte de sua(eu) empregada(o) até as dependências do Tribunal, por meio próprio ou mediante vale-transporte, **inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos**, de modo a assegurar a continuidade normal dos trabalhos.
- 10.3.1.25 Efetuar o pagamento de salários e demais verbas via depósito bancário, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo as comprovações respectivas.
- 10.3.1.26 Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria.
- 10.3.1.27 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, for vítima a(o) sua(eu) empregada(o) durante a execução da contratação, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.
 - 10.3.1.27.1 Emitir a **Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)**, quando sua(eu) empregada(o) **sofrer acidente de trabalho, acidente de trajeto e doença profissional**.
- 10.3.1.28 Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução da contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 10.3.1.29 Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- 10.3.1.30 Fornecer à Gestão/Fiscalização da Contratação os dados de sua(eu) empregada(o), com o respectivo endereço residencial e telefone celular, e comunicar imediatamente quaisquer modificações eventualmente havidas nesses dados.
- 10.3.1.31 Informar, previamente ao início das atividades, endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação, se necessárias, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.
- 10.3.1.32 Observar os termos da **Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE-SE, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade>.**
- 10.3.1.33 Assinar, no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da notificação do Tribunal, os documentos de abertura da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SE.
- 10.3.1.34 Responder, nos prazos legais, em relação à(ao) sua(eu) empregada(o), por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salário, seguro de acidente, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.
- 10.3.1.35 Autorizar o TRE-SE, **com antecedência necessária**, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da(o) CONTRATADA(O), até o momento da regularização e **sem prejuízo das sanções cabíveis**, a deduzir das Faturas devidas os valores referentes aos salários e demais benefícios e a realizar os pagamentos diretamente à(ao) sua(eu) empregada(o), bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, pertinentes ao Contrato, que devem ser geradas e encaminhadas, desde que haja saldo suficiente na Fatura para a quitação.
 - 10.3.1.35.1 A inadimplência da(o) CONTRATADA(O), com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto contratado.

10.3.1.35.2 O disposto no item **10.3.1.35** não exige a obrigação da(o) CONTRATADA(O) relativa à emissão e ao envio da folha de pagamento e das guias previstas no item **12.4.2.1.2** referentes ao mês da Fatura.

10.3.1.35.3 Para o cumprimento da excepcionalidade descrita no item **10.3.1.35**, a(o) CONTRATADA(O) deverá apresentar demonstrativos individualizados de pagamento, com relação de CPF e dados bancários de sua(eu) empregada(o), a fim de viabilizar o desconto na Fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas previstos.

10.3.1.36 Cumprir as obrigações estabelecidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes da categoria abrangida pelo Contrato.

10.3.1.36.1 No cumprimento do item **10.3.1.36**, a(o) CONTRATADA(O) deve observar que o TRE-SE não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

10.3.1.36.1.1 Pagamento de participação da(o)s trabalhadora(e)s nos lucros ou nos resultados da empresa CONTRATADA; e

10.3.1.36.1.2 Matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários.

10.3.1.37 Comprovar durante a vigência contratual (assim como exigido previamente à assinatura deste Instrumento), sob pena de rescisão, o atendimento às condições previstas nos itens **7.2.7.1** e **7.2.7.2** deste Instrumento.

10.3.1.38 Cumprir os critérios e práticas de sustentabilidade mencionados no item **7**.

10.3.1.39 Fornecer todos os materiais e equipamentos mencionados no item **6.1** para o exercício profissional de sua(eu) empregada(o).

10.3.1.40 Comprovar, anualmente, a regularidade de sua(eu) empregada(o) junto ao Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe– COREN/SE .

10.3.2. É vedado à(ao) CONTRATADA(O):

10.3.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

10.3.2.2 Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.

10.3.2.3 Contratar servidora ou servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como sua(eu) cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

10.3.2.4 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

10.3.2.5 Interromper a execução do serviço sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

10.4 Quanto ao impacto no ambiente do órgão para a execução contratual

10.4.1 Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão para execução contratual, uma vez que todos os requisitos necessários (de infraestrutura , espaço físico, mobiliário etc.) estão disponíveis.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1 Dinâmica do Contrato

11.1.1 A dinâmica que será adotada na contratação está detalhada nos itens **3** e **4** deste Instrumento.

11.2 Quantificação dos serviços

11.2.1 A metodologia de quantificação dos serviços está detalhada no item **3** deste Instrumento.

11.3 Modelo da contratação

11.3.1 A contratação adotarà como medida posto de trabalho, sendo a prestação dos serviços acompanhada conforme procedimento descrito no IMR – Instrumento de Medição de Resultado, que tem por finalidade, dentre outras, aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos e obrigações contratuais.

11.4 Consórcio

11.4.1 Não será admitido consórcio no certame.

11.5 Reajuste e repactuação

11.5.1 As condições de reajuste e repactuação são as usuais para contratações de serviços continuados, sendo disciplinadas no Termo de Contrato.

11.6 Alteração qualitativa e/ou quantitativa da contratação

11.6.1 A Contratação pode ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

11.7 Proteção de dados pessoais

11.7.1 A(o) CONTRATADA(O) protegerá os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

11.7.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas na Lei 13.709/2018, para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados à(ao) titular.

11.7.1.2 O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais, utilizando-os em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

11.7.1.3 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução contratual, a mesma será realizada mediante prévia aprovação do TRE-SE e seguirá fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Tribunal, responsabilizando-se a(o) CONTRATADA(O) por obter o consentimento da(o)s titulares, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução da contratação e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

11.7.1.3.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o TRE-SE será responsável por obter o consentimento da(o)s titulares, observadas as demais condicionantes do item **11.7.1.3**.

11.7.1.3.2 O acesso aos dados pessoais coletados somente poderá ser concedido a pessoa previamente autorizada, que tenha estrita necessidade relacionada à contratação e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRE-SE, mediante solicitação.

11.7.1.4 Os dados pessoais coletados devem tramitar de forma segura entre a(o) emissora/emissor e a(o) receptora/receptor, sendo protegidos, no mínimo, com uso de criptografia e senha.

11.7.1.4.1 O sistema ou repositório de armazenamento utilizado para guardar os dados coletados deve manter controle e registro de LOG dos acessos visando à rastreabilidade, bem como seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação no âmbito deste Tribunal.

11.7.1.5 A qualquer tempo o TRE-SE poderá solicitar:

11.7.1.5.1 Apresentação de evidências e garantias suficientes de que a(o) CONTRATADA(O) aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação, os instrumentos contratuais e de compromissos.

11.7.1.5.2 Comprovação da manutenção dos registros de tratamento de dados pessoais realizados pela(o) CONTRATADA(O), com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica.

11.7.1.6 Encerrada a vigência da contratação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a(o) CONTRATADA(O) interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados e, em **até 30 (trinta) dias**, sob instruções e na medida do determinado pelo TRE-SE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando a(o) CONTRATADA(O) tenha que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

11.7.2 A(o) CONTRATADA(O) dará conhecimento formal à(ao) sua(eu) empregada(o) das obrigações e condições ora acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-SE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item **11.7**.

11.7.3 O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à(ao) CONTRATADA(O) e à(ao) Preposta(o) – devida e formalmente instruída(o)s nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da presente contratação e pelo prazo de **até 10 (dez) anos** contados de seu termo.

11.7.4 A(o) CONTRATADA(O) permitirá a realização de auditorias, incluindo inspeções do TRE-SE ou de Auditora/Auditor independente por ela(e) autorizada(o), e disponibilizará todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas.

11.7.5 A(o) CONTRATADA(O) cooperará com o TRE-SE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos da(o)s Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações de Órgãos de controle administrativo.

11.7.6 A(o) “Encarregada(o)” ou “DPO” da(o) CONTRATADA(O) manterá contato formal com a(o) Encarregada(o) do TRE-SE, em **até 24 (vinte e quatro) horas** da ocorrência de qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que esta(e) possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

11.7.7 A critério da(o) Encarregada(o) de Dados do TRE-SE, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser provocada(o) a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerentes ao objeto desta contratação, no tocante a dados pessoais.

11.7.8 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido nesta contratação e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD, sem prejuízo das demais penalidades contratualmente estabelecidas.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

12.1 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete à(ao) Gestora/Gestor da Execução do contrato, auxiliada(o) pela fiscalização técnica e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

I – **Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como aos atos preparatórios da instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente aos setores devidos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do Contrato, dentre outros.

II – **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do serviço estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização do público usuário.

III – **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução do serviço quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

12.1.1 A Gestão da Execução do Contrato será realizada pela(o) titular da **Coordenadoria de Assistência à Saúde e Benefícios (COASA)** ou, na sua ausência, pela(o) substituta(o) designada(o).

12.1.2 A Fiscalização Técnica da contratação será realizada por servidora ou servidor designada(o) lotada(o) na **Seção de Assistência à Saúde (SEASA)**, cabendo à(ao) Fiscal Técnica(o) comunicar à(ao) titular da Unidade, verbalmente ou por escrito, eventuais irregularidades identificadas referentes à não conformidade da execução com as condições estabelecidas para a contratação.

12.1.3 A Fiscalização Administrativa será realizada pela(o) titular do **Núcleo Administrativo de Fiscalização de Contratos (NAF)** ou, na sua ausência, por pessoa designada.

12.1.4 A Gestão/Fiscalização da Contratação determinará o que for necessário à solução das irregularidades detectadas durante a execução contratual e rejeitará, no todo ou em parte, o objeto avençado que não obedecer à regras e obrigações estabelecidas para a contratação.

12.1.5 A atestação de conformidade do fornecimento do objeto caberá à Gestão da Execução do Contrato, conforme procedimento definido neste Instrumento.

12.1.6 A Gestão/Fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada execução do objeto avençado e pelos danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiras pessoas.

12.1.7 Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta submeterá a matéria à(ao)s sua(eu)s respectiva(o)s superiora(e)s hierárquica(o)s, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis.

12.1.8 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados **em 24 (vinte e quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

12.1.9 Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços sem autorização expressa da Gestão/Fiscalização da Contratação.

12.2 Mecanismos de Comunicação

12.2.1 A comunicação entre o TRE e a(o) CONTRATADA(O) dar-se-á preferencialmente por intermédio de e-mails, ofícios, reuniões mediante elaboração de ata ou outros que possam ser registrados, admitindo-se canal de comunicação diverso, desde que previamente alinhado com a Gestão/Fiscalização da Contratação.

12.2.1.1 Quando a comunicação for realizada por e-mail, os seguintes requisitos devem ser observados: sempre que disponível, deve-se utilizar recurso de confirmação de leitura ou, caso não seja disponível, deve constar da mensagem pedido de confirmação de recebimento.

12.2.1.2 O canal de comunicação entre o TRE e a(o) CONTRATADA(O) para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual ocorrerá preferencialmente através da figura da(o) PREPOSTA(O), que é a(o) representante da(o) CONTRATADA(O) junto ao TRE. A(o) Preposta(o) poderá ser contatada(o) mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para o TRE.

12.3 Forma de aferição/medição do serviço

12.3.1 Nos termos da Instrução Normativa 5, de 25/05/2017, será utilizado o Instrumento de Medição do Resultado (IMR), conforme Anexo.

12.3.2 A aplicação dos ajustes no pagamento decorrentes do IMR não substitui nem elimina as sanções e penalidades previstas no Termo de Contrato ou na Lei nº 8.666/1993.

12.4. Mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar a prestação dos serviços

12.4.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do serviço, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por uma/um ou mais representantes do CONTRATANTE, especialmente designada(o)s, conforme indicado no item **12.1**.

12.4.1.1 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que têm por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e encaminhar a documentação pertinente à Seção de Contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do Contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

12.4.1.2 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), inclusive perante terceiras pessoas, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, **não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de sua(eu)s agentes, gestora(e)s e fiscais, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.**

12.4.2 Fiscalização Administrativa

12.4.2.1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, independentemente de solicitação, a documentação a seguir relacionada:

12.4.2.1.1 Acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, cópias simples dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social — CND.
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da(o) CONTRATADA(O).
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- f) Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS) emitido pela Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, no caso de a(o) prestadora/prestador de serviço não estar sediada(o) na referida municipalidade.

12.4.2.1.1.1 Com exceção do RANFS, os documentos acima indicados poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

12.4.2.1.2 Mensalmente:

- a) Os documentos indicados no item **12.4.2.1.1**.
- b) Protocolo de Envio de Arquivos Conectividade Social, Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP (modalidade “Branco”), Relação de Tomador/Obra - RET, Relatórios Analíticos de GRF, Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, Comprovante de Pagamento da GRF, Recibo de Entrega das Declarações de Débitos e Créditos - DCTFWeb, Relatório de Débitos do DCTFWeb, Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF (relativo ao Recibo DCTFWeb) e comprovante de Pagamento do DARF.
- c) Folhas de Ponto, folha de pagamento analítica, **ou** contracheques, comprovantes de depósitos/transferências bancários - salários, comprovante de fornecimento de auxílio-alimentação e vale transporte (com indicação nominal, valores, data e comprovação de entrega/pagamento), comprovantes de benefícios suplementares definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho (com indicação nominal, valores, data e comprovação de entrega/pagamento).
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação etc.) a que estiver obrigada(o) por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação do serviço.
- e) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da(o) CONTRATADA(O).
- 12.4.2.1.2.1** A exigência da documentação elencada no item **12.4.2.1.2** poderá ser flexibilizada posteriormente mediante acordo em reunião de delineamento ou por meio de comunicação eletrônica do CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O).

12.4.2.1.3 A qualquer momento, quando solicitado pela Fiscalização Administrativa:

- a) Extratos de informações previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço — FGTS de sua(eu) empregada(o), bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da(o) CONTRATADA(O), ou outros documentos que os substituírem.
- b) Comprovação do envio/transmissão das informações previstas na Portaria 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio do eSocial, conforme o enquadramento da(o) CONTRATADA(O).

12.4.2.1.4 Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, em caso de admissão/demissão de empregada(o)s ou quando da ocorrência do fato gerador:

12.4.2.1.4.1 No primeiro mês de prestação dos serviços:

12.4.2.1.4.1.1 Até 1 (um) dia antes do início dos trabalhos: dados de sua(eu) empregada(o), contendo nome completo, cargo ou função, horário de trabalho, RG, CPF, bem como todos os documentos que comprovem a qualificação da(o) profissional alocada(o).

12.4.2.1.4.1.1.1 Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe de empregada(o) não previamente identificada, devendo qualquer alteração ser imediatamente comunicada à Gestão/Fiscalização da Contratação.

12.4.2.1.4.2 Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de nova(o) empregada(o): cópia simples da CTPS da(o) empregada(o) admitida(o) para a execução do serviço, devidamente assinada, e os registros eletrônicos nos sistemas informatizados da CTPS e e-SocialWeb em meio digital e do exame médico admissional da pessoa vinculada à prestação do serviço avençado.

12.4.2.1.4.3 Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do Contrato), em relação à(ao) empregada(o) demitida(o), ou após a demissão de sua(eu) empregada(o) durante a execução do Contrato, apresentar a documentação adicional abaixo:

- a) Termo de rescisão do Contrato de trabalho da(o) empregada(o) prestadora/prestador de serviço, devidamente homologado, quando exigível pelo sindicato da categoria, de acordo com a legislação vigente aplicável.
- b) Exames médicos demissionais, quando cabíveis.
- c) DARF e guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.
- d) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregada(o) demitida(o).

12.4.2.1.4.4 Até a Fatura seguinte, a contar do fato gerador:

- a) Aviso de férias e o respectivo comprovante de pagamento.
- b) Folha de pagamento do décimo terceiro salário, acompanhada do comprovante de pagamento/depósito dos valores, da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP.
- c) Aviso prévio, se for o caso.
- d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, Guia Rescisória do FGTS, com os respectivos comprovantes de pagamento.
- e) Declaração de renúncia de vale-transporte assinada pela(o) empregada(o) e pela(o) CONTRATADA(O).

12.4.2.2 Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo máximo de **7 (sete) dias úteis**, contado do recebimento de diligência da Gestão/Fiscalização da Contratação, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

12.4.2.3 O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da(o) CONTRATADA(O) em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderá implicar rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidades e demais cominações legais.

12.4.2.3.1 Considera-se reiterado o descumprimento das mencionadas disposições por 3 (três) meses seguidos ou 5 (cinco) meses intercalados, todos aferidos a cada intervalo de 12 (doze) meses de execução do pacto.

12.4.3 Fiscalização Técnica

12.4.3.1 A Fiscalização Técnica do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação do serviço, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a(o) CONTRATADA(O):

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.4.3.2 Caberá à Fiscalização Técnica do Contrato, com base no **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço**, efetuar o acompanhamento do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da(o) CONTRATADA(O).

12.4.3.3 No final de cada período de apuração, a Fiscalização Técnica do Contrato, relativamente ao respectivo posto de trabalho, deve encaminhar para a Gestão da Execução do Contrato, **em até 05 (cinco) dias** após o fechamento das medições, o **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço** gerado no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas **0 (zero) ou 1 (um)**.

12.4.4 Gestão da Execução do Contrato

12.4.4.1 Cabe à Gestão da Execução do Contrato, com base no(s) Formulário(s) de Avaliação de Qualidade do Serviço, avaliar mensalmente o desempenho da(o) CONTRATADA(O) frente ao Contrato firmado e encaminhar uma via para a(o) CONTRATADA(O).

12.4.4.2 De posse dessa avaliação, a Gestão da Execução do Contrato deve aplicar na medição atual os descontos pertinentes previstos neste procedimento, garantindo prazo para contestação por parte da(o) CONTRATADA(O).

12.4.4.3 A(o) CONTRATADA(O) poderá se manifestar quanto aos respectivos descontos no prazo de **5 (cinco) dias**, sendo avaliadas as considerações pela Gestão da Execução do Contrato **em até 02 (dois) dias**.

12.4.4.4 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda que cabe razão à(ao) CONTRATADA(O), informará à(ao) mesma(o) para que emita a Nota Fiscal no valor integral, sem o desconto sugerido.

12.4.4.5 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda por manter o desconto relativo ao não cumprimento das condições especificadas no Instrumento de Medição de Resultados, caberá à(ao) CONTRATADA(O) emitir a Nota Fiscal com o valor que lhe for informado, com a respectiva dedução.

12.4.4.6 Caberá à Gestão da Execução do Contrato **encaminhar mensalmente** à(ao) CONTRATADA(O), no fechamento da(s) medição(ões), Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da(o) CONTRATADA(O) em relação aos conceitos por ela(e) alcançados.

12.5 Verificação do cumprimento da obrigação da(o) CONTRATADA(O) de manter todas as condições de habilitação

12.5.1 A Gestão da Execução do Contrato (COASA) e a Fiscalização Administrativa (NAF) exigirão que a(o) CONTRATADA(O) comprove mensalmente o atendimento às exigências de habilitação previstas no procedimento licitatório.

12.6 Forma de aferição e de recebimento dos serviços

12.6.1 A execução do serviço será acompanhada conforme procedimento descrito no IMR – Instrumento de Medição de Resultado (Anexo ao Edital), que tem por finalidade, dentre outras, aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos e obrigações contratuais.

12.6.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do serviço, nos termos abaixo.

12.6.2.1 No prazo de **até 5 (cinco) dias** do adimplemento da parcela, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

12.6.2.2 O recebimento provisório será realizado pela Equipe de Fiscalização após a entrega da documentação obrigatória (item **12.4.2** deste Instrumento), da seguinte forma:

12.6.2.2.1 O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da(o)s agentes responsáveis, acompanhada(o)s da(o) profissional encarregada(o) pelo serviço, com a finalidade de verificar sua adequação e constatar e relacionar os arremates que se fizerem necessários.

12.6.2.2.2 Para efeito de recebimento provisório, **ao final de cada período mensal**, a(o) Fiscal Técnica(o) do Contrato deverá apurar o resultado da(s) avaliação(ões) da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação do serviço realizado em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à(ao) CONTRATADA(O), registrando em relatório a ser encaminhado à(ao) Gestora/Gestor da Execução do Contrato.

12.6.2.2.3 A(o) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, podendo a fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.6.2.2.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, a(o) Fiscal Administrativa(o) deverá verificar as rotinas previstas no item **12.4.2**, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado à(ao) Gestora/Gestor da Execução do Contrato.

12.6.2.2.5 No prazo de **até 5 (cinco) dias** a partir do recebimento dos documentos da(o) CONTRATADA(O), cada Fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo à(ao) Gestora/Gestor da Execução do Contrato.

12.6.2.2.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.6.3 No prazo de **até 5 (cinco) dias** a partir do recebimento provisório do serviço, a(o) Gestora/Gestor da Execução do Contrato deverá providenciar o **recebimento definitivo**, ato que concretiza o ateste da execução do serviço, obedecendo as seguintes diretrizes:

12.6.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à(ao) CONTRATADA(O), por escrito, as respectivas correções.

12.6.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do serviços prestado, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

12.6.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

12.6.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor.

12.6.5 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Instrumento, da proposta e do Termo de Contrato, devendo ser corrigido/refeito/substituído no prazo fixado pela(o) Fiscal do Contrato, às custas da(o) CONTRATADA(O), sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12.7 Das Sanções Administrativas (penalidades)

12.7.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993, no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, e garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser sancionada(o), isoladamente ou não, com as seguintes reprimendas:

12.7.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão da Execução do Contrato, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Fiscalização/Gestão ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

12.7.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nas seguintes hipóteses:

12.7.1.2.1 Por deixar de apresentar Garantia à contratação no prazo consignado no item **12.9.1**, a(o) CONTRATADA(O) ficará sujeita(o) à multa equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) do **valor total contratado**, por dia de atraso, até o limite de 2,0% (dois por cento).

12.7.1.2.2 Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do **valor mensal** da contratação, por dia de atraso do prazo estabelecido para assinatura dos documentos de abertura da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, como assentado no item **10.3.1.33**, limitada a 1% (um por cento).

12.7.1.2.3 Multa equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) do **valor mensal** da contratação, por dia de atraso, quando não alocar profissional especializada(o) para o desenvolvimento dos trabalhos na data prevista para o início do serviço, limitada a 2% (dois por cento).

12.7.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe:

12.7.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato.

12.7.1.3.1.1 A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE, se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades **em até 10 (dez) dias** do momento estabelecido no Termo de Contrato.

12.7.1.3.2 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida abaixo:

Tabela 1

Grau	Correspondência (% do valor mensal do Contrato)
1	0,2%
2	0,5%
3	1,0%
4	2,0%
5	3,0%
6	4,0%
7	5,0%

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir a presença do seu pessoal mal apresentado, sem identificação.	2	Por ocorrência.
2	Manter empregada(o) sem qualificação para a execução dos serviços.	2	Por dia.
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ocorrência.
4	Fornecer informação em desconformidade acerca do serviço.	3	Por ocorrência.
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia.
6	Destruir ou danificar documentos e equipamentos por culpa ou dolo de sua(eu) empregada(o).	4	Por ocorrência.
7	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto contratado.	6	Por ocorrência.
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação sem motivo justificado.	6	Por ocorrência.
9	Obter pontuação inferior a 60% no Indicador de Qualidade (IQ), conforme previsto no IMR, por 2 (dois) meses consecutivos.	6	Por mês de ocorrência.
10	Obter notas 0 (zero) ou 1 (um) em cada um dos critérios integrantes do FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DO SERVIÇO, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses intercalados, todos aferidos a cada intervalo de 12 (doze) meses de execução do pacto.	7	Por ocorrência.
11	Retirar empregada(o) do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE.	5	Por ocorrência.
12	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de sua(eu) empregada(o).	2	Por dia.
13	Deixar de substituir empregada(o) que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por dia.
14	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência.
15	Deixar de cumprir horário estabelecido no Termo de Contrato ou determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	2	Por dia de ocorrência.
16	Deixar de cumprir determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação para controle de acesso de seu pessoal.	2	Por ocorrência.
17	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Gestão/Fiscalização da Contratação.	3	Por ocorrência.
18	Deixar de efetuar a reposição de empregada(o) faltosa(o).	3	Por ocorrência.
19	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da contratação nas datas avençadas.	7	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
20	Deixar de entregar os EPI's à(ao) sua(eu) empregada(o) na periodicidade definida.	1	Por dia de atraso.
21	Deixar de impor penalidades, em no máximo 15 (quinze) dias da ocorrência, à(ao) empregada(o) que se negar a utilizar EPI's.	3	Por ocorrência.
22	Deixar de creditar o salário na conta bancária da(o) empregada(o).	2	Por ocorrência.
23	Deixar de entregar, no prazo avençado, documentação exigida na cláusula deste Instrumento referente à DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	2	Por ocorrência e por dia.
24	Deixar de apresentar Notas Fiscais discriminando preço utilizado mensalmente.	5	Por ocorrência.

25	Deixar de entregar, no prazo definido, os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do Termo Contrato.	3	Por ocorrência e por dia.
26	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Contrato e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	4	Por item e por ocorrência.
27	Deixar de cumprir pontos da política de sustentabilidade do TRE-SE (principalmente separação de resíduos, reciclagem e economia de água/energia).	4	Por ocorrência apontada.
28	Deixar de atender normas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho.	7	Por ocorrência apontada.
29	Deixar de emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) ou notificar ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN).	5	Por ocorrência.

12.7.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe:

12.7.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

12.7.1.4.2 Por até 2 (dois) anos, na hipótese de, convocada(o) dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, ou, no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao CONTRATANTE.

12.7.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

12.7.1.4.3.1 Para os fins do item **12.7.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, § 2º do [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal).

12.7.2 O valor das multas previstas nos itens **12.7.1.2** e **12.7.1.3** e o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiras pessoas poderão ser descontados das faturas devidas à(ao) CONTRATADA(O) e/ou da garantia prestada à contratação.

12.7.2.1 Se o valor da Fatura for insuficiente, fica a(o) CONTRATADA(O) obrigada(o) a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias** contados da comunicação oficial.

12.7.2.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela(o) CONTRATADA(O) ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrados judicialmente.

12.7.3 À(ao) CONTRATADA(O) que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

12.7.3.1 Será penalizada(o) com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

12.7.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

12.7.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

12.7.3.2 Será penalizada(o) com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

12.7.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **12.7.3.1** e **12.7.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da(o) CONTRATADA(O) e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

12.7.4 As comunicações de **atos processuais** serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **12.2** e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

12.7.5 Da Decisão pela **aplicação das penas de advertência ou de multa**, caberá recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da notificação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

12.7.6 Da Decisão que imputar a sanção de **impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF** caberá recurso dirigido à Presidente do TRE-SE no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

12.7.7 Os prazos para recursos indicados nos itens **12.7.5** e **12.7.6** serão contados a partir da publicação do correspondente *decisum* no Diário Oficial da União.

12.8 Da Rescisão Contratual

12.8.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

12.8.2 No processo que visa à rescisão da contratação serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

12.8.2.1 Da decisão que concluir pela rescisão referida no item **12.8.2**, a(o) CONTRATADA(O) será igualmente notificada(o) por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) informado(s) ao TRE (item **10.3.1.31**) e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

12.8.3 A contratação poderá ser rescindida unilateralmente, ainda, caso a empresa obtenha pontuação inferior a 60% no Indicador de Qualidade (IQ) previsto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por 3 (três) meses consecutivos ou por mais de 5 (cinco) meses intercalados ao longo de 1 (um) ano de prestação de serviços, desconsiderados os primeiros 3 (três) meses do primeiro ano de vigência da avença, conforme descrito no IMR.

12.8.4 No caso de rescisão da contratação a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93 cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da publicação na Imprensa Oficial (DOU).

12.9 Da Garantia da Execução

12.9.1 A(o) adjudicatária(o) prestará garantia de execução do objeto contratual correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do Contrato, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados de sua assinatura, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento da(o) empregada(o) da(o) CONTRATADA(O) que venha a participar da execução dos serviços avençados.

12.9.2 A garantia deve ser prestada dentre as modalidades a seguir:

12.9.2.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

12.9.2.2 Seguro-garantia.

12.9.2.3 Fiança bancária.

12.9.3 Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta garantia da Caixa Econômica Federal, em favor do TRE-SE, a fim de manter a sua atualização financeira.

12.9.4 Recaindo a opção em títulos da dívida pública, os títulos deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.9.5 A garantia prestada deverá ter validade a partir da data de assinatura do Contrato, estendendo-se a **até 90 (noventa) dias** após o término de vigência contratual.

12.9.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.9.6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

12.9.6.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) em sede de processo administrativo sancionatório.

12.9.6.3 Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE ou a terceiras pessoas, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

12.9.6.4 Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não honradas pela(o) CONTRATADA(O).

12.9.7 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) reforçá-la, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

12.9.8 Em ocorrendo reajustamento de preços (no caso, repactuação e/ou revisão), o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção, observando-se prazo e limite dos itens 12.9.7 e 12.9.10, respectivamente.

12.9.9 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada **em até 10 (dez) dias**, ante a comprovação de que a(o) CONTRATADA(O) pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão da Execução do Contrato.

12.9.9.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra **até o fim do 2º (segundo) mês** após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

12.9.10 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), **até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado**, a título de garantia, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento da(o) empregada(o) da(o) CONTRATADA(O) que venham a participar da execução dos serviços avençados.

12.9.10.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à(ao) CONTRATADA(O).

12.9.10.2 A(o) CONTRATADA(O), a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

12.9.10.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **12.7.1.2.1** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O).

12.9.11 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

12.9.12 A(o) garantidora/garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à(ao) CONTRATADA(O).

- 12.9.13** Será considerada extinta a garantia:
- 12.9.13.1** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a(o) CONTRATADA(O) cumpriu todas as cláusulas do Contrato.
- 12.9.13.2** Com o término da vigência do Contrato (observado o prazo previsto no item **12.9.5**), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- 12.9.14** Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de **até 90 (noventa) dias** após o término de vigência do Contrato.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1 Da liquidação e do pagamento

- 13.1.1** A(o) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, **até o dia 20 do mês subsequente** ao da prestação do serviço, Nota Fiscal/Fatura do serviço, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).
- 13.1.1.1** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme definido no item **12.6** deste Termo de Referência.
- 13.1.2** A atestação da Nota Fiscal/Fatura correspondente caberá à Gestão da Execução da Contratação ou a outra(o) servidora/servidor designada(o) para esse fim e será feita **em até 2 (dois) dias úteis** contados de seu recebimento.
- 13.1.3** No caso de as Notas Fiscais/Faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 13.1.1, será imputado à(ao) CONTRATADA(O) o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.
- 13.1.4** O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da protocolização da Nota Fiscal/Fatura e dos documentos relacionados nos itens **12.4.2.1.1** e **12.4.2.1.2**.
- 13.1.4.1** Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, § 3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis**.
- 13.1.5** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária creditada na conta-corrente da(o) CONTRATADA(O).
- 13.1.6** Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do Termo de Contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.
- 13.1.7** A partir do 4º mês (inclusive) do primeiro ano de Contrato de prestação de serviço, o pagamento observará o atendimento às metas (Indicador de Qualidade), inclusive com aplicação de eventuais glosas, estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações do pagamento, **sem prejuízo das sanções cabíveis**, previstas no item **12.7** deste Instrumento (SANÇÕES).
- 13.1.8** Ao CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações deste Instrumento ou do Termo de Contrato.
- 13.1.9** O CONTRATANTE está autorizado a realizar os pagamentos de salários diretamente à(ao) empregada(o), bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela(o) CONTRATADA(O).
- 13.1.10** O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à(ao) CONTRATADA(O), os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela(o) CONTRATADA(O), nos termos deste Instrumento e do Termo de Contrato.
- 13.1.11** A não apresentação da documentação de que trata o item **12.4.2** no prazo de **30 (trinta) dias** contado de sua solicitação pelo CONTRATANTE, poderá ensejar a rescisão da contratação, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, e os valores retidos cautelarmente somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se regularizados.
- 13.1.12** No caso de atraso de pagamento, desde que a(o) CONTRATADA(O) não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 13.1.12.1** O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, em que:
- EM = Encargos moratórias devidos.
- N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.
- VP = Valor da prestação em atraso.
- 13.1.12.2** Salvo a atualização financeira prevista no item **13.1.12**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.
- 13.1.13** Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.
- 13.1.14** Qualquer incorreção nas Faturas ou Notas Fiscais comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.
- 13.1.15** Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:
- 13.1.15.1** Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).
- 13.1.15.2** Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).
- 13.1.15.3** Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.
- 13.1.15.4** Da provisão de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos, nos termos da [Resolução 169/2013](#) (e alterações), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também disciplina a forma de resgate desses valores retidos.

13.2 Da conta-depósito vinculada

- 13.2.1** Serão retidos do pagamento do valor mensal da empresa os valores referentes às rubricas de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, para serem depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta no nome da(o) CONTRATADA(O) e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal.
- 13.2.2** Para os fins de retenção serão observados os seguintes percentuais (conforme consta da proposta vencedora):

Rubrica	Percentual (%)
Férias e 1/3 constitucional	12,10
13º salário	8,33
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,0
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	conforme planilha da(o) licitante

- 13.2.3** O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.
- 13.2.4** Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.
- 13.2.5** A empresa CONTRATADA poderá solicitar autorização do Tribunal para:
- 13.2.5.1** Resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **13.2.2**, desde que comprovado se tratar da(o) empregada(o) alocada(o) pela(o) CONTRATADA(O) para prestação dos serviços contratados.
- 13.2.5.2** Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente da(o) empregada(o) alocada(o) na execução do Contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **13.2.2**.
- 13.2.6** Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no item **13.2.5.1**, a empresa CONTRATADA, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou as rubricas indicadas no item **13.2.2**.
- 13.2.7** O remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação — será liberado à empresa nas hipóteses previstas no art. 14 da Resolução CNJ 169/2013, mediante as respectivas comprovações e o preenchimento das exigências vinculadas a cada situação.
- 13.2.8** Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

14. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 14.1** Trata-se de serviço comum prestado de forma contínua, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 14.2** O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 14.3** A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre a(o) empregada(o) da(o) CONTRATADA(O) e o CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA/FORNECEDOR

15.1 Requisitos necessários à habilitação da(o)s interessada(o)s:

15.1.1 Além das exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista usuais para a generalidade do objeto, deve a(o) licitante:

15.1.1.1 Para fins de demonstração da **qualificação econômico-financeira**:

15.1.1.1.1 Apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da(o) licitante.

15.1.1.1.2 Comprovar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório.

15.1.1.1.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

15.1.1.2 Para fins de demonstração da **qualificação técnica (aptidão para a execução do objeto licitado)**:

15.1.1.2.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de 01 (um) ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a(o) licitante executou Contrato(s) cujo objeto inclui gestão de mão de obra (terceirização de mão de obra) pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

15.1.1.2.1.1 Para fins de cumprimento da exigência prevista no item **15.1.1.2.1**, é possível que o atestado ou a declaração de capacidade técnica faça referência a Contrato vigente, ou seja, que esteja no curso de sua execução, desde que atendidos os requisitos temporal: execução mínima de 12 (doze) meses.

15.1.1.2.2 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do CONTRATANTE e da(o) CONTRATADA(O), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

15.1.1.2.3 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

15.1.1.2.4 Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo empresarial empresas controladas por ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da proponente.

15.1.1.2.5 O TRE-SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de Contratos, Notas Fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços, desconsiderando a documentação caso constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados.

15.2 Critérios de aceitabilidade de preços

15.2.1 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global da contratação considerando o prazo de vigência inicial de **36 (trinta e seis) meses**.

15.3 Critérios de julgamento das propostas

15.3.1 Os critérios de preferência e desempate previstos na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015 são contemplados no Edital.

15.3.1.1 Considerando os valores anuais estimados para a contratação e consoante o Acórdão TCU nº 1923/2016-Plenário, a licitação é voltada para a **AMPLA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS**.

15.3.2 Na legislação vigente não há previsão de aplicação de regras de margem de preferência para a contratação de prestação do serviço de enfermagem.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E VALORES REFERENCIAIS

16.1 O valor estimado da contratação, para o período de **36 (trinta e seis) meses**, é de **R\$ 277.048,44** (duzentos e setenta e sete mil quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), conforme disposto na tabela do item **1.1** deste Instrumento.

16.2 O valor estimado da contratação deste Instrumento foi definido com base no piso salarial nacional instituído pela [Lei nº 14.434/2022](#) e na jornada de trabalho definida no item 3.6 (30 horas semanais, 150 horas mensais), bem como na contratação de profissional na modalidade de contrato por tempo parcial, que tem previsão na Consolidação das Leis do Trabalho (art. 58-A, CLT). Portanto, **o salário base aplicado à contratação para a definição do valor de referência é proporcional às horas de trabalho e compreende R\$ 3.238,64 (três mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**.

16.3 A planilha de formação de preços encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2023/pregoes-2023>.

17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para os exercícios de 2023 a 2026 a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicas seguem descritos abaixo e ainda constarão da respectiva Nota de Empenho:

- Programa de Trabalho: 02122003320GP0028 - Ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE.
- Elemento de Despesa: 3.3.9.0.37: Locação de mão de obra.
- Plano Interno (PI): ADM APOIO.
- PTRES: 167686.
- Fonte: 01000 ou 01027.

18. RESPONSÁVEIS

Equipe de Planejamento da Contratação:	
Adriana da Fonseca Moraes Sobral	Unidade: COASA
Débora Maria Barbosa do Nascimento	Unidade: ASPLAN/SGP
Daisy Pereira Valido	Unidade: SEASA

ANEXO II
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

VERIFICAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO ESPECIALIZADO E CONTINUADO NA ÁREA DE ENFERMAGEM PARA A SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - SEASA, DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, BEM COMO DA QUALIDADE EXIGIDA E OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O).

1. INTRODUÇÃO

1.1. O procedimento a ser adotado visando à avaliação do resultado relativo ao contrato de prestação de **SERVIÇO ESPECIALIZADO E CONTINUADO NA ÁREA DE ENFERMAGEM PARA A SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - SEASA - DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE** encontra-se descrito neste documento e deverá ser efetuado periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização da execução do serviço, gerando relatórios mensais de prestação do serviço executado, sendo estes encaminhados à Gestão da Execução do Contrato.

2. OBJETIVO

2.1. Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade do serviço prestado pela(o) CONTRATADA(O) na execução do Contrato de prestação de serviço.

3. REGRAS GERAIS

3.1. A avaliação da(o) CONTRATADA(O) na prestação do serviço e cumprimento de suas obrigações será realizada por meio da análise do Indicador de Qualidade (IQ).

4. CRITÉRIOS

4.1. No “Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço” (Anexo II - A) devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondentes aos conceitos “Realizado”, “Parcialmente Realizado” e “Não Realizado”, respectivamente.

Realizado	Parcialmente Realizado	Não Realizado
3 (três) pontos	1 (um) ponto	0 (zero) ponto

4.2. Condições Complementares

- a) Quando atribuídas notas 1 (um) ou 0 (zero), a Gestão da Execução do Contrato deverá realizar reunião com a(o) CONTRATADA(O), **até 10 (dez) dias** após a medição do período, visando a proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.
- b) Havendo reincidência por 3 (três) meses consecutivos ou por mais de 5 (cinco) meses intercalados ao longo de 1 (um) ano de prestação de serviços, desconsiderados os primeiros 3 (três) meses do primeiro ano de vigência da avença, será realizada abertura de processo administrativo, visando à aplicação de sanções previstas em Contrato, independente se a soma da pontuação for maior ou igual ao percentual de 80% (oitenta por cento) obtido no Indicador de Qualidade.
- c) Na impossibilidade de se avaliar determinado item, deverá ser atribuída a pontuação máxima.
- d) Sempre que a(o) CONTRATADA(O) solicitar prazo visando ao atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pela Gestão da Execução do Contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

5. COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE QUALIDADE

5.1. Será formado baseado no percentual obtido na Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo II - A).

5.1.1. **Cálculo do Indicador de Qualidade (IQ):** corresponde à pontuação obtida através da avaliação mensal dos serviços prestados, conforme os critérios constantes do Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço. Será mensurado através do seguinte cálculo:

$$IQ = \frac{(I1+I2+I3+I4+ \dots In) \times 100}{n}$$

Em que:

IQ= Indicador de qualidade

I1= Pontuação do Item 1

I2= Pontuação do Item 2

I3= Pontuação do Item 3

I4= Pontuação do Item 4

n= Número de pontos possíveis (número de itens X 3)

6. DESCONTOS REALIZADOS PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO IMR

6.1. Descumpridas as condições especificadas, serão aplicados descontos das respectivas Faturas mensais, baseadas na pontuação obtida no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo II - A), conforme o seguinte quadro:

% obtido no Formulário de Avaliação de Qualidade	Parâmetro para emissão do valor da Nota Fiscal	Descontos Aplicados
> 80 %	Pagamento integral (100%) do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	Sem desconto
60%≤IQ≤80%	Pagamento de 95% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	5% de desconto do valor da Nota Fiscal
Reincidência do IQ 60%≤IQ≤80% ou Reincidência de pontuação zero nos itens (Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços)	Pagamento de 90% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	10% de desconto do valor da Nota Fiscal
IQ<60%	Pagamento de 85% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	15% de desconto do valor da Nota Fiscal

7. RESPONSABILIDADES

7.1. Fiscalização Técnica

7.1.1. Responsável pela avaliação da(o) CONTRATADA(O) por meio da utilização do **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço** (Anexo II - A). Será responsável, ainda, pelo encaminhamento da documentação de avaliação para a Gestão da Execução do Contrato.

7.2. Gestão da Execução do Contrato:

7.2.1. Responsável pela análise da avaliação recebida, pelo preenchimento do **Formulário de Formação de Valor para Emissão de Nota Fiscal** (Anexo II - B) e pelo encaminhamento de ambos os documentos para pagamento da(o) CONTRATADA(O).

7.2.2. Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho da(o) Fornecedora/Fornecedor – Parcial ou Final.

8. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

8.1. Caberá à Fiscalização Técnica do Contrato, com base no **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço** (Anexo II - A), efetuar o acompanhamento do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da(o) CONTRATADA(O).

8.2. No final de cada mês de apuração, a Fiscalização Técnica do Contrato, relativamente ao posto de trabalho, deve encaminhar para a Gestão da Execução do Contrato, **em até 05 (cinco) dias após o fechamento das medições, o Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço** (Anexo II - A) gerado no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas **0 (zero)** ou **1 (um)**.

8.3. Cabe à Gestão da Execução do Contrato, com base nos Formulários de Avaliação de Qualidade do Serviço, consolidar mensalmente as avaliações de desempenho da(o) CONTRATADA(O) frente ao Contrato firmado e encaminhar uma via para a(o) CONTRATADA(O).

8.4. De posse dessa avaliação, a Gestão da Execução do Contrato deve aplicar na medição atual os descontos pertinentes previstos neste procedimento, garantindo prazo para contestação por parte da(o) CONTRATADA(O).

8.5. A(o) CONTRATADA(O) deverá se manifestar quanto aos respectivos descontos no prazo de **5 (cinco) dias** contados da reunião referida no item **4.2., a)**, sendo avaliadas as considerações pela Gestão da Execução do Contrato em **até 2 (dois) dias**.

8.6. Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda que cabe razão à(ao) CONTRATADA(O), informará à(ao) mesma(o) para que emita a Nota Fiscal no valor integral, sem o desconto sugerido.

8.7. Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda por manter o desconto relativo ao não cumprimento das condições especificadas no Instrumento de Medição de Resultado, caberá à(ao) CONTRATADA(O) emitir a Nota Fiscal com o valor que lhe for informado, com a respectiva dedução.

8.8. Caberá à Gestão da Execução do Contrato encaminhar mensalmente à(ao) CONTRATADA(O), no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês o desempenho global da(o) CONTRATADA(O) em relação aos conceitos por ela alcançados.

ANEXO II - A
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DO SERVIÇO

Contrato número:	Mês:	Data:
Contratada(o):		
Responsável pela fiscalização:		
Gestora/Gestor do Contrato:		

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO - CONFORME ITEM 4 DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO E RESULTADO (IMR)
1	Prestar o serviço contratado através de empregada(o) devidamente uniformizada(o) e identificada(o)	
2	Prestar o serviço contratado através de empregada(o) devidamente qualificado para a execução dos serviços.	
3	Executar serviço de forma completa, com qualidade.	
4	Fornecer informação em conformidade/adequada durante a execução dos serviços.	
5	Executar serviço com a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's), quando necessários	
6	Executar, continuamente, os serviços contratados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	
7	Preservar documentos/equipamentos sob a responsabilidade da(o) sua(eu) empregada(o).	
8	Executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	
9	Manter sua(eu) empregada(o) em serviço durante o expediente.	
10	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de sua(seu) empregada(o).	
11	Efetuar a reposição de empregada(o) faltosa(o) quando o período de afastamento for igual ou superior a 15 (quinze) dias.	
12	Evitar situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	
13	Atender as pessoas com cortesia e urbanidade.	
Houve reincidência em algum item acima? Relatar:		

ANEXO II - B

FORMULÁRIO DE FORMAÇÃO DE VALOR PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

Contrato nº:	Empresa:	
Fiscal:	Mês:	Data:
Gestora/Gestor:		

INDICADOR DE QUALIDADE	
Mecanismo de cálculo	<div>(I1+I2+I3+I4+ In) X 100</div> <div>IQ = -----</div> <div>n</div>
Percentual indicador de qualidade	

VALOR DO SERVIÇO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL		
Mecanismo de Cálculo	% obtido no indicador de qualidade	% Desconto
	> 80%	Sem desconto
	60%≤IQ≤80%	5% de desconto do valor da Nota Fiscal
	Reincidência do IQ 60% ≤IQ≤80% ou Reincidência em pontuação zero nos itens	10% de desconto do valor da Nota Fiscal
	IQ<60%	15% de desconto do valor da Nota Fiscal
Cálculo	% Obtido no Indicador de Qualidade= % Desconto =	
Valor do serviço (R\$)		

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(Processo Administrativo 0006649-32.2023.6.25.8000, doc. 1389608)

Disponível em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2023/arquivos-pregoes-2023> (pesquisar por número da licitação) e http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO nº ____/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA _____, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE ENFERMAGEM.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representado pela Exma. Senhora Presidente, **Desa. Elvira Maria de Almeida Silva**.

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(eu) (cargo), Senhora/Senhor (**NOME COMPLETO**), portadora/portador da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições das Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002, 13.709/2018, Lei 14.434/2022 e Lei 7.498/1986, do Decreto nº 9.507/2018, do Decreto-Lei 2.848/1940, da Resolução TRE-SE 120/2015 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 14/2023**, processos SEI 0006649-32.2023.6.25.8000 e 0012339-42.2023.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Instrumento é a **contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados e continuados de enfermagem [1 (um) posto de trabalho], nas dependências da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, sem fornecimento de insumos**, código SIASG 01835-0, de acordo com as condições estabelecidas no **Anexo I** (Termo de Referência) ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 14/2023**.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.1 Caracterização dos serviços especializados de ENFERMAGEM (CBO 223505) na sede do TRE-SE e quantificação de horas demandadas diariamente:

ATIVIDADE	DURAÇÃO
Praticar todos os atos pertinentes à enfermagem, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação	0,5h
Planejar, executar e avaliar a assistência de enfermagem	0,5h
Realizar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas	0,5h
Acompanhar e/ou assistir médica(o) no cuidado à(ao) servidora/servidor	0,5h
Realizar registro das atividades executadas	0,5h
Participar da elaboração de campanhas de saúde da(o) servidora/servidor	0,5h
Colaborar no levantamento epidemiológico da saúde da(o) servidora/servidor e na proposta de implementação do planejamento dos programas de saúde	0,5h
Gerenciar insumos, materiais, equipamentos e medicamentos sob sua guarda e responsabilidade	0,5h
Auxiliar, em seu âmbito de conhecimento, nas aquisições de materiais, equipamentos, insumos e medicamentos	0,5h
Receber e conferir materiais, equipamentos, insumos e medicamentos adquiridos	0,5h
Administrar medicamentos por via oral, muscular, subcutânea e venosa, conforme prescrição médica	0,5h
Demais atribuições inerentes à categoria profissional (enfermeira/enfermeiro)	0,5h
TOTAL DE HORAS DEMANDADAS	6h

2.2 Qualificação técnica da categoria:

2.2.1 A(o) profissional alocada na prestação do serviço e sua(eu) eventual substituta(o) devem preencher, no mínimo, os seguintes requisitos de qualificação:

- 2.2.1.1** Curso superior em Enfermagem concluído em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC e regularidade junto ao Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe– COREN/SE.
- 2.2.1.2** Especialização em enfermagem do trabalho em instituição aprovada pelo Ministério da Educação - MEC, visando à melhoria dos serviços de saúde ocupacional já implementados.

2.3 Equipamentos de Proteção Individual (EPI's):

2.3.1 Cumpre à(ao) CONTRATADA(O) fornecer EPI's apropriados à sua(eu) empregada(o) sempre na antevéspera do primeiro dia de atividade da(o) enfermeira(o), renovando-os anualmente, conforme relação que segue:

ITEM	PEÇA	QUANTIDADE ANUAL
1	Jaleco	3 unidades
2	Máscara cirúrgica com elástico	6 caixas
3	Luva para procedimento	6 caixas
4	Óculos de proteção individual	1 unidade
5	Face shield	1 unidade

2.4 Demanda de Pessoal, Local da prestação do serviço, Jornada de Trabalho e Férias

2.4.1 O serviço demanda 1 (um) posto de trabalho e será executado na Seção de Assistência à Saúde (SEASA), localizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, lote 7, Variante 2, Capucho, CEP: 49.081-000.

2.4.2 O serviço referente a este posto de trabalho deverá ser realizado de segunda a sexta-feira, sendo 06h (seis horas) diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais e 150 (cento e cinquenta) horas mensais.

2.4.3 O horário de funcionamento do posto de trabalho está compreendido, normalmente, entre 7h (sete horas) e 13h (treze horas).

2.4.4 No caso de cumprimento de carga horária inferior a 6h diárias ou a 30h semanais, as horas não laboradas poderão ser consideradas para a formação de banco de horas (devedor) e a compensação ocorrerá quando houver acréscimo fundamentado de serviço, mediante alinhamento com a Gestão/Fiscalização da Contratação.

2.4.5 Se for necessário e, a critério do TRE-SE, poderá ser solicitada a execução do serviço em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente (antecedência de 24h) à(ao) CONTRATADA(O), podendo, nesse caso, haver compensação da carga horária semanal estabelecida.

2.4.6 As férias do posto de trabalho, a partir do cumprimento do período aquisitivo, ocorrerão, salvo motivo justificado, no interregno compreendido entre 14 de dezembro a 12 de janeiro de cada ano. Excepcionalmente, a EGC poderá estabelecer período diverso, cuja comunicação à(ao) CONTRATADA(O) deverá ocorrer até o final do mês de outubro imediatamente anterior.

2.4.7 O Tribunal não exigirá substituição para férias ou para afastamentos iguais ou inferiores a 15 dias.

2.4.7.1 A não exigência de reposição da(o) profissional ausente por período igual ou inferior a 15 (quinze) dias se justifica em razão do custo envolvido no período, por se tratar de serviço que envolve adaptação às rotinas do Setor de Saúde. A(o) substituta(o) não se tornará apta(o) a colaborar eficientemente com a equipe por período igual ou inferior a 15 (quinze) dias.

2.5 Normas gerais de conduta da(o) profissional e de execução do serviço:

2.5.1 Ser pontual e realizar o trabalho determinado, ausentando-se apenas quando autorizada(o) pela(o) Fiscal do Contrato.

2.5.2 Apresentar-se devidamente identificada(o), asseado(a) e com unhas aparadas.

2.5.3 Manter cabelos cortados e/ou presos.

2.5.4 Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do TRE-SE.

2.5.5 Comunicar à(ao) Fiscal do Contrato qualquer irregularidade verificada.

2.5.6 Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público.

2.5.7 Cumprir as normas internas do órgão.

2.5.8 Zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário.

2.5.9 Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos disponíveis para a execução do serviço.

2.5.10 Utilizar todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho.

2.5.11 Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço.

2.5.12 Manter atualizada a documentação utilizada na unidade.

2.5.13 Buscar orientação com a(o) Fiscal Técnica(o) do Contrato, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema.

2.5.14 Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais.

2.5.15 Levar ao conhecimento da(o) Fiscal do Contrato, de forma imediata, qualquer informação considerada importante.

2.5.16 Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à(ao) Fiscal do Contrato, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito.

2.5.17 Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias nos serviços.

2.5.18 Evitar confrontos com servidora(e)s, outra(o)s prestadora(e)s de serviço e visitantes do Tribunal.

2.5.19 Tratar toda(o)s com urbanidade.

2.5.20 Não abordar autoridades ou servidora(e)s para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **36 (trinta) meses**, com início na data de ____ de _____ de **2023** e encerramento em ____ de _____ de **2026**.

3.2 O objeto desta contratação **poderá ser prorrogado** até o prazo limite estabelecido na legislação, por interesse das partes, mediante termo aditivo, desde que haja autorização formal da autoridade competente e que sejam preenchidos, de forma simultânea, os requisitos abaixo enumerados:

3.2.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação do serviço tem natureza continuada.

3.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que o serviço tenha sido prestado regularmente.

3.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.

3.2.4 Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração.

3.2.5 Haja manifestação expressa da(o) CONTRATADA(O) informando o interesse na prorrogação.

3.2.6 Seja comprovado que a(o) CONTRATADA(O) mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3 A vantajosidade econômica para a prorrogação estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:

3.3.1 Os itens envolvendo a folha de salário forem reajustados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de ato normativo.

3.3.2 Os itens envolvendo equipamentos de proteção individual (EPI's) forem reajustados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

3.4 A(o) CONTRATADA(O) não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.5 Na hipótese de renovação contratual, deve-se comprovar as alíquotas médias efetivas de PIS e COFINS, a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações de seus custos.

3.6 Considerando-se a natureza do objeto de prestação do serviço, não será necessária a promoção de transição contratual (transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas).

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE SUAS VEDAÇÕES

4.1 É dever do CONTRATANTE:

4.1.1 Emitir Nota de Empenho.

4.1.2 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou Preposta(o) da(o) CONTRATADA(O).

4.1.3 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O), nos moldes do item **7.1.10**, quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.

4.1.4 Proporcionar à(ao) CONTRATADA(O) as condições indispensáveis à/ao execução/fornecimento do objeto deste Instrumento.

4.1.5 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência (**Anexo I** ao Edital) e neste Instrumento.

4.1.6 Fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

4.1.7 Realizar as avaliações previstas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

4.2. É vedado ao CONTRATANTE:

4.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:

4.2.1.1 Exercer o poder de mando sobre a(o) empregada(o) da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente à/ao Preposta(o) ou pessoa(s) responsável(eis) por ela(e) indicada(s)/indicado(s).

4.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

4.2.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções da(o) trabalhadora/trabalhador da(o) CONTRATADA(O), mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora/trabalhador foi contratada(o).

4.3 É dever da(o) CONTRATADA(O):

4.3.1 Executar o serviço objeto deste Instrumento de acordo com o pactuado, devendo estar atenta(o) às disposições de normas e Leis que tratam da prestação do serviço, como também à legislação trabalhista, além das normas e Leis que venham a ser publicadas durante a vigência do período de execução da contratação e que tenham estrita relação com o objeto contratado.

4.3.2 Indicar substituta(o) à(ao) Preposta(o) designada(o) para a execução do objeto da presente contratação, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, no caso de o TRE-SE utilizar-se do direito de, motivadamente e a qualquer tempo, assim determinar.

4.3.2.1 Cuidar para que a(o) Preposta(o) indicada(o) mantenha permanente contato com a Gestão/Fiscalização da Contratação, adotando as providências requeridas relativas à execução do serviço pela(o) empregada(o).

4.3.3 Coordenar e controlar a execução do serviço prestado.

4.3.4 Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

4.3.5 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno do CONTRATANTE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde será executado o serviço.

4.3.6 Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiras pessoas, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução da contratação.

4.3.7 Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

4.3.8 Fiscalizar regularmente a(o) empregada(o) designada(o) para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que está sendo prestado.

- 4.3.9** Refazer o serviço que, a juízo do CONTRATANTE, não for considerado satisfatório, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- 4.3.10** Executar o serviço em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida, caso solicitado previamente pelo CONTRATANTE, no prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis, e desde que haja acordo individual escrito ou o instrumento coletivo autorizativo.
- 4.3.11** Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito.
- 4.3.12** Orientar sua(eu) empregada(o) a agir com cortesia, educação, urbanidade e fino trato com toda(o)s a(o)s usuária(o)s do seu serviço.
- 4.3.13** Treinar sua(eu) empregada(o) quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidora(e)s, colaboradora(e)s e visitantes do CONTRATANTE.
- 4.3.14** Manter sua(eu) empregada(o) sob as normas disciplinares do TRE-SE, substituindo-a(o), no prazo indicado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, quando considerada(o) inconveniente pelo CONTRATANTE.
- 4.3.14.1** A(o) substituta(o) somente será aceita(o) após comprovação prévia de atendimento das qualificações especificadas neste Instrumento, desde que esteja devidamente identificada(o) e com seus EPI's.
- 4.3.14.2** Qualquer substituição de funcionária(o) deverá ser previamente comunicada à Gestão/Fiscalização da Contratação.
- 4.3.15** Manter sua(eu) empregada(o) devidamente identificada(o), além de fornecer e fiscalizar o correto uso dos EPI's necessários para a execução do serviço.
- 4.3.16** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do serviço, sem interrupção nas situações de ausências cobertas pelo INSS (atestados acima de 15 dias, etc.), salientando-se que a(o) sua(eu) empregada(o) **não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com este Tribunal, não sendo possível o envio de trabalhadora/trabalhador tipo diarista, sem vínculo empregatício com a empresa contratada.**
- 4.3.17** Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização, o serviço contratado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Instrumento e pela Gestão/Fiscalização da Contratação, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 4.3.18** Administrar e coordenar todo e qualquer assunto relativo a sua(eu) empregada(o), cuidando da disciplina e comportamento no local de trabalho.
- 4.3.19** Assumir todas as responsabilidades e, por meio da(o) Preposta(o), tomar as medidas necessárias ao atendimento da(o) sua(eu) empregada(o) acidentada(o) ou acometida(o) de mal súbito.
- 4.3.20** Entregar, **no 1º (primeiro) dia útil de cada mês**, a folha de ponto de sua(eu) empregada(o), oportunidade em que providenciará o recolhimento do controle de frequência do mês anterior, devidamente acompanhado pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou auxiliares na fiscalização.
- 4.3.21** Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de sua(eu) empregada(o), bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.
- 4.3.22** Efetuar a reposição imediata da mão de obra por eventual ausência da(o) empregada(o) para afastamentos superiores a 15 (quinze) dias.
- 4.3.23** Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal de sua(eu) empregada(o).
- 4.3.24** Responsabilizar-se pelo transporte de sua(eu) empregada(o) até as dependências do Tribunal, por meio próprio ou mediante vale-transporte, **inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos**, de modo a assegurar a continuidade normal dos trabalhos.
- 4.3.25** Efetuar o pagamento de salários e demais verbas via depósito bancário, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo as comprovações respectivas.
- 4.3.26** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria.
- 4.3.27** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, for vítima a(o) sua(eu) empregada(o) durante a execução da contratação, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.
- 4.3.27.1** Emitir a **Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)**, quando sua(eu) empregada(o) sofrer acidente de trabalho, acidente de trajeto e doença profissional.
- 4.3.28** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução da contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 4.3.29** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- 4.3.30** Fornecer à Gestão/Fiscalização da Contratação os dados de sua(eu) empregada(o), com o respectivo endereço residencial e telefone celular, e comunicar imediatamente quaisquer modificações eventualmente havidas nesses dados.
- 4.3.31** Informar, previamente ao início das atividades, endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação, se necessárias, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.
- 4.3.32** Observar os termos da **Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)** e as normas do **Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE-SE, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade>.**
- 4.3.33** Assinar, no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da notificação do Tribunal, os documentos de abertura da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SE.
- 4.3.34** Responder, nos prazos legais, em relação à(ao) sua(eu) empregada(o), por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.
- 4.3.35** Autorizar o TRE-SE, **com antecedência necessária**, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da(o) CONTRATADA(O), até o momento da regularização e **sem prejuízo das sanções cabíveis**, a deduzir das Faturas devidas os valores referentes aos salários e demais benefícios e a realizar os pagamentos diretamente à(ao) sua(eu) empregada(o), bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, pertinentes ao Contrato, que devem ser geradas e encaminhadas, desde que haja saldo suficiente na Fatura para a quitação.
- 4.3.35.1** A inadimplência da(o) CONTRATADA(O), com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto contratado.
- 4.3.35.2** O disposto no item **4.3.35** não exige a obrigação da(o) CONTRATADA(O) relativa à emissão e ao envio da folha de pagamento e das guias previstas no item **7.2.1.2** referentes ao mês da Fatura.
- 4.3.35.3** Para o cumprimento da excepcionalidade descrita no item **4.3.35**, a(o) CONTRATADA(O) deverá apresentar demonstrativos individualizados de pagamento, com relação de CPF e dados bancários de sua(eu) empregada(o), a fim de viabilizar o desconto na Fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas previstos.
- 4.3.36** Cumprir as obrigações estabelecidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes da categorias abrangida por este Instrumento.
- 4.3.36.1** No cumprimento do item **4.3.36**, a(o) CONTRATADA(O) deve observar que o TRE-SE não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:
- 4.3.36.1.1** Pagamento de participação da(o)s trabalhadora(e)s nos lucros ou nos resultados da empresa contratada; e
- 4.3.36.1.2** Matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários.
- 4.3.37** **Comprovar durante a vigência contratual (assim como exigido previamente à assinatura deste Instrumento), sob pena de rescisão, o atendimento às condições previstas nos itens 7.2.7.1 e 7.2.7.2 do Termo de Referência (Anexo I ao Edital).**
- 4.3.38** Cumprir os critérios e práticas de sustentabilidade mencionados no item **7** do **Termo de Referência (Anexo I ao Edital)**.
- 4.3.39** Fornecer todos os materiais e equipamentos mencionados no item **2.3.1** para o exercício profissional de sua(eu) empregada(o).
- 4.3.40** Comprovar, anualmente, a regularidade de sua(eu) empregada(o) junto ao Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe– COREN/SE .

4.4 É vedado à(ao) CONTRATADA(O):

- 4.4.1** Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
- 4.4.2** Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.
- 4.4.3** Contratar servidora ou servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como sua(eu) cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.
- 4.4.4** Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.
- 4.4.5** Interromper a execução do serviço sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

- 5.1** O **valor total** estimado deste Contrato é de R\$ _____ (valor por extenso), para o período de 36 (trinta e seis) meses, no interregno de ____/____/____ a ____/____/____, a seguir discriminado:
- 5.1.1 Preço mensal:** R\$ _____ (valor por extenso), referente à mão de obra.
- 5.1.2 Preço estimado para equipamentos de proteção individual (EPI's) necessários à prestação do serviço:**
- 5.1.2.1 No 1º (primeiro) ano da avença:** R\$ XXX,XX (valor por extenso).
- 5.1.2.2 No 2º (segundo) ano da avença:** R\$ XXX,XX (valor por extenso).
- 5.1.2.3 No 3º (terceiro) ano da avença:** R\$ XXX,XX (valor por extenso).

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União na classificação abaixo:
- 6.1.1** Gestão/Unidade: 070012 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE.
- 6.1.2** Programa de Trabalho: 02122003320GP0028 - Ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE.
- 6.1.3** Elemento de Despesa: 3.3.9.0.37: Locação de mão de obra.
- 6.1.4** Plano Interno (PI): ADM APOIO.

- 6.1.5 PTRES: 167686.
- 6.1.6 Fonte: 01000 ou 01027.

6.2 A despesa orçamentária da execução deste Contrato para o exercício de 2023, no valor de R\$ _____ (valor por extenso), correrá à conta da(s) Nota(s) de Empenho nº _____, de ____/____/____.

6.3 A despesa para o(s) exercício(s) subsequente(s) será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete à(ao) Gestora/Gestor da Execução do Contrato, auxiliada(o) pela fiscalização técnica e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

- I – **Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como aos atos preparatórios da instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente aos setores devidos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do Contrato, dentre outros.
- II – **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do serviço estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados neste Instrumento, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização do público usuário.
- III – **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução do serviço quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

- 7.1.1 A Gestão da Execução do Contrato será realizada pela(o) titular da **Coordenadoria de Assistência à Saúde e Benefícios (COASA)** ou, na sua ausência, por substituta(o) designada(o).
- 7.1.2 A Fiscalização Técnica da contratação será realizada por servidora ou servidor designada(o) lotada(o) na **Seção de Assistência à Saúde (SEASA)**, cabendo à(ao) Fiscal Técnica(o) comunicar à(ao) titular da Unidade, verbalmente ou por escrito, eventuais irregularidades identificadas referentes à não conformidade da execução com as condições estabelecidas para a contratação.
- 7.1.3 A Fiscalização Administrativa será realizada pela(o) titular do **Núcleo Administrativo de Fiscalização de Contratos (NAF)** ou, na sua ausência, por outra pessoa designada.
- 7.1.4 A Gestão/Fiscalização da Contratação determinará o que for necessário à solução das irregularidades detectadas durante a execução contratual e rejeitará, no todo ou em parte, o objeto avençado que não obedecer à regras e obrigações estabelecidas para a contratação.
- 7.1.5 A atestação de conformidade do fornecimento do objeto caberá à Gestão da Execução do Contrato, conforme procedimento definido neste Instrumento.
- 7.1.6 A Gestão/Fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada execução do objeto avençado e pelos danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiras pessoas.
- 7.1.7 Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta submeterá a matéria à(ao)s sua(eu)s respectiva(o)s superiora(e)s hierárquica(o)s, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis.
- 7.1.8 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados **em 24 (vinte e quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.
- 7.1.9 Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços sem autorização expressa da Gestão/Fiscalização da Contratação.
- 7.1.10 A comunicação entre o TRE e a(o) CONTRATADA(O) dar-se-á preferencialmente por intermédio de e-mails, ofícios, reuniões mediante elaboração de ata ou outros que possam ser registrados, admitindo-se excepcionalmente canal de comunicação diverso, desde que previamente alinhado com a Gestão/Fiscalização da Contratação.
- 7.1.10.1 Quando a comunicação for realizada por e-mail, os seguintes requisitos devem ser observados: sempre que disponível, deve-se utilizar recurso de confirmação de leitura ou, caso não seja disponível, deve constar da mensagem pedido de confirmação de recebimento.
- 7.1.10.2 O canal de comunicação entre o TRE e a(o) CONTRATADA(O) para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual ocorrerá preferencialmente através da figura da(o) PREPOSTA(O), que é a(o) representante da(o) CONTRATADA(O) junto ao TRE. A(o) Preposta(o) poderá ser contatada(o) mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para o TRE.

7.2 Fiscalização Administrativa

7.2.1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, independentemente de solicitação, a documentação a seguir relacionada:

- 7.2.1.1 Acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, cópias simples dos seguintes documentos:
- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social — CND.

b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da(o) CONTRATADA(O).

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

f) Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS) emitido pela Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, no caso de a(o) prestadora/prestador de serviço não estar sediada(o) na referida municipalidade.
- 7.2.1.1.1 Com exceção do RANFS, os documentos acima indicados poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

7.2.1.2 Mensalmente:

- a) Os documentos indicados no item 7.2.1.1.
- b) Protocolo de Envio de Arquivos Conectividade Social, Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP (modalidade “Branco”), Relação de Tomador/Obra - RET, Relatórios Analíticos de GRF, Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, Comprovante de Pagamento da GRF, Recibo de Entrega das Declarações de Débitos e Créditos - DCTFWeb, Relatório de Débitos do DCTFWeb, Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF (relativo ao Recibo DCTFWeb) e comprovante de Pagamento do DARF.
- c) Folhas de Ponto, folha de pagamento analítica, **ou** contracheques, comprovantes de depósitos/transferências bancários - salários, comprovante de fornecimento de auxílio-alimentação e vale transporte (com indicação nominal, valores, data e comprovação de entrega/pagamento), comprovantes de benefícios suplementares definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho (com indicação nominal, valores, data e comprovação de entrega/pagamento).
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação etc.) a que estiver obrigada(o) por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação do serviço.
- e) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da(o) CONTRATADA(O).
- 7.2.1.2.1 A exigência da documentação elencada no item 7.2.1.2 poderá ser flexibilizada posteriormente mediante acordo em reunião de delineamento ou por meio de comunicação eletrônica do CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O).

7.2.1.3 A qualquer momento, quando solicitado pela Fiscalização Administrativa:

- a) Extratos de informações previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço — FGTS de sua(eu) empregada(o), bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da(o) CONTRATADA(O), ou outros documentos que os substituírem.
- b) Comprovação do envio/transmissão das informações previstas na Portaria 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio do eSocial, conforme o enquadramento da(o) CONTRATADA(O).

7.2.1.4 Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, em caso de admissão/demissão de empregada(o)s ou quando da ocorrência do fato gerador:

- 7.2.1.4.1 No primeiro mês de prestação dos serviços:
- 7.2.1.4.1.1 Até 1 (um) dia antes do início dos trabalhos: dados de sua(eu) empregada(o), contendo nome completo, cargo ou função, horário de trabalho, RG, CPF, bem como todos os documentos que comprovem a qualificação da(o) profissional alocada(o).
- 7.2.1.4.1.1.1 Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe de empregada(o) não previamente identificada(o), devendo qualquer alteração ser imediatamente comunicada à Gestão/Fiscalização da Contratação.
- 7.2.1.4.1.2 Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de nova(o) empregada(o): cópias simples da CTPS da(o) empregada(o) admitida(o) para a execução do serviço, devidamente assinada, e os registros eletrônicos nos sistemas informatizados da CTPS e e-SocialWeb em meio digital e do exame médico admissional da pessoa vinculada à prestação do serviço avençado.
- 7.2.1.4.1.3 Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do Contrato), em relação à(ao) empregada(o) demitida(o), ou após a demissão de sua(eu) empregada(o) durante a execução do Contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada:
- a) Termo de rescisão do Contrato de trabalho da(o) empregada(o) prestadora/prestador de serviço, devidamente homologado, quando exigível pelo sindicato da categoria, de acordo com a legislação vigente aplicável.

b) Exames médicos demissionais, quando cabíveis.

c) DARF e Guia de Recolhimento do FGTS, referentes às rescisões contratuais.

d) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregada(o) demitida(o).

7.2.1.4.1.4 Até a Fatura seguinte, a contar do fato gerador:

- a) Aviso de férias e o respectivo comprovante de pagamento.
- b) Folha de pagamento do décimo terceiro salário, acompanhada do comprovante de pagamento/depósito dos valores, da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP.
- c) Aviso prévio, se for o caso.
- d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, Guia Rescisória do FGTS, com os respectivos comprovantes de pagamento.
- e) Declaração de renúncia de vale-transporte assinada pela(o) empregada(o) e pela(o) CONTRATADA(O).

7.2.2 Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo máximo de **7 (sete) dias úteis**, contado a partir do recebimento de diligência da Gestão/Fiscalização da Contratação, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

7.2.3 O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da(o) CONTRATADA(O) em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderá implicar rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidades e demais cominações legais.

7.2.3.1 Considera-se reiterado o descumprimento das mencionadas disposições por **3 (três) meses seguidos ou 5 (cinco) meses intercalados**, todos aferidos a cada intervalo de **12 (doze) meses** de execução do pacto.

7.3 Fiscalização Técnica

7.3.1 A Fiscalização Técnica do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação do serviço, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a(o) CONTRATADA(O):

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3.2 Caberá à Fiscalização Técnica do Contrato, com base no **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço**, efetuar o acompanhamento do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da(o) CONTRATADA(O).

7.3.3 No final de cada período de apuração, a Fiscalização Técnica do Contrato, relativamente ao respectivo posto de trabalho, deve encaminhar para a Gestão da Execução do Contrato, **em até 05 (cinco) dias** após o fechamento das medições, o **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço** gerado no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas **0 (zero) ou 1 (um)**.

7.4 Gestão da Execução do Contrato

7.4.1 Cabe à Gestão da Execução do Contrato, com base no(s) Formulário(s) de Avaliação de Qualidade do Serviço, avaliar mensalmente o desempenho da(o) CONTRATADA(O) frente a este Contrato e encaminhar uma via para a(o) CONTRATADA(O).

7.4.2 De posse dessa avaliação, a Gestão da Execução do Contrato deve aplicar na medição atual os descontos pertinentes previstos neste procedimento, garantindo prazo para contestação por parte da(o) CONTRATADA(O).

7.4.3 A(O) CONTRATADA(O) poderá se manifestar quanto aos respectivos descontos no prazo de **5 (cinco) dias**, sendo avaliadas as considerações pela Gestão da Execução do Contrato **em até 02 (dois) dias**.

7.4.4 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda que cabe razão à(ao) CONTRATADA(O), informará à(ao) mesma(o) para que emita a Nota Fiscal no valor integral, sem o desconto sugerido.

7.4.5 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda por manter o desconto relativo ao não cumprimento das condições especificadas no Instrumento de Medição de Resultado, caberá à(ao) CONTRATADA(O) emitir a Nota Fiscal com o valor que lhe for informado, com a respectiva dedução.

7.4.6 Caberá à Gestão da Execução do Contrato **encaminhar mensalmente** à(ao) CONTRATADA(O), no fechamento da(s) medição(ões), Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da(o) CONTRATADA(O) em relação aos conceitos por ela(e) alcançados.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE AFERIÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1 A execução do serviço será acompanhada(o) conforme procedimento descrito no IMR – Instrumento de Medição de Resultado (Anexo ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 14/2023**), que tem por finalidade, dentre outras, aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos e obrigações contratuais.

8.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do serviço, nos termos abaixo.

8.2.1 No prazo de **até 5 (cinco) dias** do adimplemento da parcela, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

8.2.2 O **recebimento provisório** será realizado pela Equipe de Fiscalização após a entrega da documentação obrigatória (item **7.2** deste Instrumento), da seguinte forma:

8.2.2.1 O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da(o)s agentes responsáveis, acompanhada(o)s da(o)s profissionais encarregada(o)s pelo serviço, com a finalidade de verificar sua adequação e constatar e relacionar os arremates que se fizerem necessários.

8.2.2.1.1 Para efeito de recebimento provisório, **ao final de cada período mensal**, a(o) Fiscal Técnica(o) do Contrato deverá apurar o resultado da(s) avaliação(ões) da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação do serviço realizado em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à(ao) CONTRATADA(O), registrando em relatório a ser encaminhado à(ao) Gestora/Gestor da Execução do Contrato.

8.2.2.1.2 A(o) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, podendo a fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.2.1.3 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, a(o) Fiscal Administrativa(o) deverá verificar as rotinas previstas no item **7.2**, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado à(ao) Gestora/Gestor da Execução do Contrato.

8.2.2.2 No prazo de **até 5 (cinco) dias** a partir do recebimento dos documentos da(o) CONTRATADA(O), cada Fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo à(ao) Gestora/Gestor da Execução do Contrato.

8.2.2.2.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.3 No prazo de **até 5 (cinco) dias** a partir do recebimento provisório do serviço, a(o) Gestora/Gestor da Execução do Contrato deverá providenciar o **recebimento definitivo**, ato que concretiza o ateste da execução do serviço, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à(ao) CONTRATADA(O), por escrito, as respectivas correções.

8.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do serviço prestado, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

8.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

8.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.5 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta e deste Instrumento, devendo ser corrigido/refeito/substituído no prazo fixado pela(o) Fiscal do Contrato, às custas da(o) CONTRATADA(O), sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA NONA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, **até o dia 20 do mês subsequente** ao da prestação do serviço, Nota Fiscal/Fatura do serviço, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).

9.1.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme definido na **Cláusula Oitava** deste Instrumento.

9.2 A atestação da Nota Fiscal/Fatura correspondente caberá à Gestão da Execução da Contratação ou a outra(o) servidora/servidor designada(o) para esse fim e será feita **em até 2 (dois) dias úteis** contados de seu recebimento.

9.3 No caso de as Notas Fiscais/Faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 9.1, será imputado à(ao) CONTRATADA(O) o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

9.4 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da protocolização da Nota Fiscal/Fatura e dos documentos relacionados nos itens **7.2.1.1** e **7.2.1.2**.

9.4.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, § 3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis**.

9.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da(o) CONTRATADA(O).

9.6 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

9.7 A partir do **4º mês (inclusive) do primeiro ano de Contrato** de prestação de serviço, o pagamento observará o atendimento às metas (Indicador de Qualidade), inclusive com aplicação de eventuais glosas, estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações do pagamento, **sem prejuízo das sanções cabíveis**, previstas na **Cláusula Décima Quarta** deste Instrumento (SANÇÕES).

9.8 Ao CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do Anexo I ao Edital (Termo de Referência) ou deste Instrumento.

9.9 O CONTRATANTE está autorizado a realizar os pagamentos de salários diretamente à(ao) empregada(o), bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela(o) CONTRATADA(O).

9.10. O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à(ao) CONTRATADA(O), os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela(o) CONTRATADA(O), nos termos deste Instrumento.

9.11 A não apresentação da documentação de que trata o item **7.2** no prazo de **30 (trinta) dias** contado de sua solicitação pelo CONTRATANTE, poderá ensejar a rescisão da contratação, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, e os valores retidos cautelarmente somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se regularizados.

9.12 No caso de atraso de pagamento, desde que a(o) CONTRATADA(O) não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.12.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, em que:

EM = Encargos moratórios devidos.

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

VP = Valor da prestação em atraso.

9.12.2 Salvo a atualização financeira prevista no item **9.12**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

9.13 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

9.14 Qualquer incorreção nas Faturas ou Notas Fiscais comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

9.15 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

9.15.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).

9.15.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

9.15.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

9.15.4 Da provisão de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos, nos termos da [Resolução 169/2013](#) (e alterações), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também disciplina a forma de resgate desses valores retidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

10.1 Serão retidos do pagamento do valor mensal da empresa os valores referentes às rubricas de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, para serem depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta no nome da(o) CONTRATADA(O) e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal.

10.2 Para os fins de retenção serão observados os seguintes percentuais (conforme proposta vencedora):

Rubrica	Percentual (%)
Férias e 1/3 constitucional	12,10
13º salário	8,33
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,0
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	Conforme planilha apresentada pela(o) CONTRATADA(O) por ocasião do certame

10.3 O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

10.4 Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

10.5 A empresa CONTRATADA poderá solicitar autorização do Tribunal para:

10.5.1 Resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **10.2**, desde que comprovado se tratar da(o) empregada(o) alocada(o) pela(o) CONTRATADA(O) para prestação dos serviços contratados.

10.5.2 Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente da(o) empregada(o) alocada(o) na execução do Contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **10.2**.

10.6 Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no item **10.5.1**, a empresa CONTRATADA, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou as rubricas indicadas no item **10.2**.

10.7 O remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação — será liberado à empresa nas hipóteses previstas no art. 14 da Resolução CNJ 169/2013, mediante as respectivas comprovações e o preenchimento das exigências vinculadas a cada situação.

10.8 Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

11.1 A Contratação pode ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

12.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado e observado o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado na forma apresentada nesta Cláusula, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado/reajustado, competindo à(ao) CONTRATADA(O) justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507/2018 e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017.

12.1.1 No momento da repactuação, deve-se observar a exigência prevista no item **3.5**.

12.1.2 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a(o) CONTRATADA(O) efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação de nova(o) convenção, dissídio, acordo coletivo de trabalho ou ato normativo.

12.1.3 Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, caberá à(ao) CONTRATADA(O) a demonstração da variação do salário de sua(eu) empregada(o), sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

12.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

12.2.1 Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale-transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento — e por meio do mesmo instrumento — em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item.

12.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação/reajuste será contado:

12.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo Contrato.

12.3.1.1 O salário base da categoria será repactuado com base no percentual de reajuste definido em ato normativo, acordo, dissídio ou em convenção coletiva adotado(a) quando da elaboração da Proposta, nos termos do item 6.3.3.5.1 do Edital.

12.3.1.1.1 Caso a proposta contratada tenha sido elaborada com respaldo no piso salarial nacional instituído pela Lei nº 14.434/2022 e, durante a vigência contratual, sobrevenha acordo ou convenção coletiva de trabalho relativa à categoria enfermeiro, com abrangência territorial compatível com o local em que se dá a prestação dos serviços contratados, aplicável à contratação, esta será repactuada com amparo nesses instrumentos normativos, ainda que essa alteração contratual represente limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, conforme entendimento firmado pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 1121633-GO), com repercussão geral reconhecida (Tema 1.046).

12.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa.

- 12.3.3** Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 12.4** Nas repactuações/reajustes subsequentes à primeira, o interregno de **1 (um) ano** será computado da última repactuação/reajuste correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.
- 12.4.1** Entende-se como última repactuação/reajuste, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 12.5** O prazo para a(o) CONTRATADA(O) solicitar a repactuação/reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo Contrato ou na data do encerramento da vigência do Contrato, caso não haja prorrogação.
- 12.6** Caso a(o) CONTRATADA(O) não solicite a repactuação/reajuste tempestivamente, dentro do prazo do item **12.5**, ocorrerá a **preclusão do direito à repactuação/reajuste**.
- 12.7** Na hipótese do item **12.6 (precluso o direito à repactuação/reajuste)**, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação/reajuste só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado:
- 12.7.1** Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra.
- 12.7.2** Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa).
- 12.7.3** Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

12.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou à(ao) CONTRATADA(O) proceder aos cálculos devidos, a(o) CONTRATADA(O) deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

12.9 Transcorridos **12 (doze) meses** da contratação, independente de solicitação da(o) CONTRATADA(O), o TRE-SE promoverá a exclusão dos custos não renováveis já pagos ou amortizados no **1º (primeiro) ano** da contratação.

12.9.1 Para o item “aviso prévio trabalhado”, após o decurso de **12 (doze) meses** de vigência contratual, serão mantidos até 10% do percentual estabelecido para a rubrica para o período inicial (10% de 1,94% (se adotado o percentual máximo permitido), equivalente a 0,194% - Acórdão TCU 1.586/2018).

12.10 Quando o reajuste solicitado pela(o) CONTRATADA(O) se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, em que:

R = Valor do reajuste procurado.

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada.

Iº = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação.

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

- 12.10.1** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à(ao) CONTRATADA(O) a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a(o) CONTRATADA(O) obrigada(o) a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.10.2** Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.10.3** Caso o índice estabelecido para o reajuste dos insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.10.4** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 12.10.5 Independentemente do requerimento de reajuste dos custos com insumos, o CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.**

12.11 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações/reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- 12.11.1** A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação.
- 12.11.2** Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações.
- 12.11.3** Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

12.12 Os efeitos financeiros da repactuação/reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

12.13 A solicitação de repactuação/reajuste somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:

- 12.13.1** As particularidades do Contrato em vigência.
- 12.13.2** O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais.
- 12.13.3** A nova planilha com a variação dos custos apresentada.
- 12.13.4** Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.
- 12.13.5** A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade CONTRATANTE.

12.14 Aplicam-se à repactuação/reajuste de preços os critérios estabelecidos nos itens **3.3, 3.3.1 e 3.3.2**.

12.15 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no **prazo máximo de 60 (sessenta) dias** contados da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

12.16 O prazo referido no item **12.15** ficará suspenso enquanto a(o) CONTRATADA(O) não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

12.17 O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela(o) CONTRATADA(O).

12.18 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

12.19 O CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação da(o)s trabalhadora(e)s nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá apresentar ao CONTRATANTE, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** contados da data assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade _____ (forma definida pela(o) CONTRATADA(O)), dentre as opções do Anexo I (Termo de Referência) ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 14/2023** no valor de R\$ _____ (valor por extenso), com vigência entre ____/____/____ e ____/____/____ **[90 (noventa) dias** após o término de vigência contratual].

13.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 13.2.1** Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
- 13.2.2** Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) em sede de processo administrativo sancionatório.
- 13.2.3** Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE ou a terceiras pessoas, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.
- 13.2.4** Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não honradas pela(o) CONTRATADA(O).

13.3 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) reforçá-la, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

13.4 Em ocorrendo reajustamento de preços (no caso, repactuação e/ou revisão), o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção, observando-se prazo e limite dos itens 13.3 e 13.6, respectivamente.

13.5 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada **em até 10 (dez) dias**, ante a comprovação de que a(o) CONTRATADA(O) pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão da Execução do Contrato.

13.5.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra **até o fim do 2º (segundo) mês** após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

13.6 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, a título de garantia, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento da(o) empregada(o) da(o) CONTRATADA(O) que venham a participar da execução dos serviços avençados.

- 13.6.1** O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à(ao) CONTRATADA(O).
- 13.6.2** A(O) CONTRATADA(O), a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 13.6.3** O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **14.1.2.1** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O).

13.7 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

13.8 A(o) garantidora/garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à(ao) CONTRATADA(O).

13.9 Será considerada extinta a garantia:

13.9.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a(o) CONTRATADA(O) cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

13.9.2 Com o término da vigência do Contrato (observado o prazo de **90 dias** sinalizado no item **13.1**), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

13.10 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de **até 90 (noventa) dias** após o término de vigência do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

14.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993, no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, e garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser sancionada(o), isoladamente ou não, com as seguintes reprimendas:

14.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão da Execução do Contrato, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Fiscalização/Gestão ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

14.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nas seguintes hipóteses:

14.1.2.1 Por deixar de apresentar Garantia à contratação no prazo consignado no item **13.1**, a(o) CONTRATADA(O) ficará sujeita(o) à multa equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) do **valor total contratado**, por dia de atraso, até o limite de 2,0% (dois por cento).

14.1.2.2 Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do **valor mensal** da contratação, por dia de atraso do prazo estabelecido para assinatura dos documentos de abertura da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, como assentado no item **4.3.33**, limitada a 1% (um por cento).

14.1.2.3 Multa equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) do **valor mensal** da contratação, por dia de atraso, quando não alocar profissional especializada(o) para o desenvolvimento dos trabalhos na data prevista para o início do serviço, limitada a 2% (dois por cento).

14.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe:

14.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato.

14.1.3.1.1. A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE, se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades **em até 10 (dez) dias** do momento estabelecido neste Instrumento.

14.1.3.2 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida abaixo:

Tabela 1

Grau	Correspondência (% do valor mensal do Contrato)
1	0,2%
2	0,5%
3	1,0%
4	2,0%
5	3,0%
6	4,0%
7	5,0%

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir a presença do seu pessoal mal apresentado, sem identificação.	2	Por ocorrência.
2	Manter empregada(o) sem qualificação para a execução dos serviços.	2	Por dia.
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ocorrência.
4	Fornecer informação em desconformidade acerca do serviço.	3	Por ocorrência.
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia.
6	Destruir ou danificar documentos e equipamentos por culpa ou dolo de sua(eu) empregada(o).	4	Por ocorrência.
7	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto contratado.	6	Por ocorrência.
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação sem motivo justificado.	6	Por ocorrência.
9	Obter pontuação inferior a 60% no Indicador de Qualidade (IQ), conforme previsto no IMR, por 2 (dois) meses consecutivos.	6	Por mês de ocorrência.
10	Obter notas 0 (zero) ou 1 (um) em cada um dos critérios integrantes do FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DO SERVIÇO, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses intercalados, todos aferidos a cada intervalo de 12 (doze) meses de execução do pacto.	7	Por ocorrência.
11	Retirar empregada(o) do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE.	5	Por ocorrência.
12	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de sua(eu) empregada(o).	2	Por dia.
13	Deixar de substituir empregada(o) que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por dia.
14	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência.
15	Deixar de cumprir horário estabelecido neste Instrumento ou determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	2	Por dia de ocorrência.
16	Deixar de cumprir determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação para controle de acesso de seu pessoal.	2	Por ocorrência.
17	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Gestão/Fiscalização da Contratação.	3	Por ocorrência.
18	Deixar de efetuar a reposição de empregada(o) faltosa(o).	3	Por ocorrência.
19	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da contratação nas datas avençadas.	7	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
20	Deixar de entregar os EPI's à(ao) sua(eu) empregada(o) na periodicidade definida.	1	Por dia de atraso.
21	Deixar de impor penalidades, em no máximo 15 (quinze) dias da ocorrência, à(ao) empregada(o) que se negar a utilizar EPIs.	3	Por ocorrência.
22	Deixar de creditar o salário na conta bancária da(o) empregada(o).	2	Por ocorrência.
23	Deixar de entregar, no prazo avençado, documentação exigida na cláusula deste Instrumento referente à DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	2	Por ocorrência e por dia.
24	Deixar de apresentar Notas Fiscais discriminando preço utilizado mensalmente.	5	Por ocorrência.

25	Deixar de entregar, no prazo definido, os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do Termo Contrato.	3	Por ocorrência e por dia.
26	Deixar de cumprir quaisquer deste Instrumento e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	4	Por item e por ocorrência.
27	Deixar de cumprir pontos da política de sustentabilidade do TRE-SE (principalmente separação de resíduos, reciclagem e economia de água/energia).	4	Por ocorrência apontada.
28	Deixar de atender normas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho.	7	Por ocorrência apontada.
29	Deixar de emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) ou notificar ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN).	5	Por ocorrência.

- 14.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, pelo prazo de **até 5 (cinco) anos**, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe:
- 14.1.4.1 Por até 1 (um) ano**, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.
- 14.1.4.2 Por até 2 (dois) anos**, na hipótese de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação que causar prejuízo ao CONTRATANTE.
- 14.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.
- 14.1.4.3.1** Para os fins do item **14.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, § 2º do [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal).
- 14.2** O valor das multas previstas nos itens **14.1.2** e **14.1.3** e o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiras pessoas poderão ser descontados das Faturas devidas à(ao) CONTRATADA(O) e/ou da garantia prestada à contratação.
- 14.2.1** Se o valor da Fatura for insuficiente, fica a(o) CONTRATADA(O) obrigada(o) a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias** contados da comunicação oficial.
- 14.2.2** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela(o) CONTRATADA(O) ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.
- 14.3** À(ao) CONTRATADA(O) que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:
- 14.3.1** Será penalizada(o) com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.
- 14.3.1.1** Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.
- 14.3.1.2** Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.
- 14.3.2** Será penalizada(o) com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.
- 14.3.3** Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **14.3.1** e **14.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da(o) CONTRATADA(O) e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.
- 14.4** As comunicações de **atos processuais** serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **4.3.31** e/ou cadastrado no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).
- 14.5** Da Decisão pela **aplicação das penas de advertência ou de multa**, caberá recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da notificação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.
- 14.6** Da Decisão que imputar a sanção de **impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, caberá recurso dirigido ao Presidente do TRE-SE no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.
- 14.7** Os prazos para recursos indicados nos itens **14.5** e **14.6** serão contados a partir da publicação do correspondente *decisum* no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

- 15.1** A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.
- 15.2** No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo de **5 (cinco) dias** úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.
- 15.2.1** Da decisão que concluir pela rescisão referida no item **15.2**, a(o) CONTRATADA(O) será igualmente notificada(o) por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) informado(s) ao TRE (item **4.3.31**) e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).
- 15.3** A contratação poderá ser rescindida unilateralmente, ainda, caso a empresa obtenha pontuação inferior a 60% no Indicador de Qualidade (IQ) previsto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por 3 (três) meses consecutivos ou por mais de 5 (cinco) meses intercalados ao longo de 1 (um) ano de prestação de serviços, desconsiderados os primeiros 3 (três) meses do primeiro ano de vigência da avença, conforme descrito no IMR.
- 15.4** No caso de rescisão da contratação a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93 cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da publicação na Imprensa Oficial (DOU).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO

- 16.1** Integram este Termo de Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 14/2023**, seus Anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

- 17.1** A(o) CONTRATADA(O) indica a(o) **Sra/Sr _____, CI _____, CPF/MF _____**, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

- 18.1** A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

- 19.1** Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste Instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

- 20.1** As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 21.1** Aplicam-se a este Instrumento e aos casos omissos as Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002, 13.709/2018, 14.434/2022 e 7.498/1986, o Decreto nº 9.507/2018, o Decreto-Lei 2.848/1940, a Resolução TRE-SE 120/2015 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pela(o)s representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA(O).

(assinado e datado eletronicamente)
DESA. ELVIRA MARIA DE ALMEIDA SILVA
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)
(NOME DA(O) REPRESENTANTE)
(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA**, **Analista Judiciário**, em 21/07/2023, às 09:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **1406633** e o código CRC **8E216B0D**.